



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

EWERTON DIEGO MACHADO CAVALCANTE

**ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CONTRADIÇÃO OU ALTERNATIVA À
ECONOMIA VIGENTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEIRINHA DA
AGRICULTURA FAMILIAR - PATOS/PB.**

PATOS-PB

2024

EWERTON DIEGO MACHADO CAVALCANTE

**ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CONTRADIÇÃO OU ALTERNATIVA À
ECONOMIA VIGENTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEIRINHA DA
AGRICULTURA FAMILIAR - PATOS/PB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Administração.

Prof. Me. Felipe César
Orientador

PATOS-PB
2024

E expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377e Cavalcante, Ewerton Diego Machado.
Economia solidária enquanto contradição ou alternativa à economia vigente [manuscrito] : um estudo de caso sobre a feirinha da agricultura familiar - Patos/PB / Ewerton Diego Machado Cavalcante. - 2024.

66 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Me. Felipe César da Silva Brito, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Economia solidária. 2. Empreendimento solidário. 3. Agricultura familiar. 4. Contradição. I. Título

21. ed. CDD 330

EWERTON DIEGO MACHADO CAVALCANTE

**ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CONTRADIÇÃO OU ALTERNATIVA À
ECONOMIA VIGENTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEIRINHA DA
AGRICULTURA FAMILIAR PATOS/PB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Aprovado em 18/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Felipe César da Silva Brito
(Orientador)



Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha
(Examinador)



Prof.ª. Dra. Janine Vicente Dias
(Examinadora)



Me. Luis Felipe de Medeiros Brito
(Examinador)

RESUMO

A economia solidária nasceu do pensamento crítico às deficiências trazidas pelo modelo capitalista, que por sua natureza predatória direcionada ao lucro, tem ameaçado ecossistemas, aprofundado desigualdades e levado sociedades inteiras ao colapso social. Como resposta a isso, a economia solidária apresenta uma concepção humanística, que substitui o lucro pela valorização do ser humano, a competição pela solidariedade e a discrepância entre classes, por uma sociedade igualitária. Com base nessa relação de modelos econômicos discordantes, o presente trabalho tem como objetivo, analisar a economia solidária enquanto contradição ou alternativa à economia vigente, tendo como objeto de estudo, a feirinha de agricultura familiar de Patos-PB. Para cumprimento do objetivo mencionado, foi utilizado um roteiro de entrevista descrito em uma pesquisa de nível descritivo, de caráter exploratório e com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Dessa forma, concluiu-se que a feira de agricultura familiar de Patos-PB, na condição de empreendimento solidário, se caracteriza como uma contradição à economia vigente. No entanto, é carente de ações do poder público para melhor desenvolvimento.

Palavras-Chave: Economia solidária; empreendimento solidário; contradição.

ABSTRACT

The solidarity economy was born from critical thinking about the deficiencies brought about by the capitalist model, which, due to its predatory and profit-oriented nature, threatened ecosystems, deepened inequalities and led entire societies to social collapse. In response to this, the solidarity economy presents a humanist conception, which replaces profit with the appreciation of the human being, competition with solidarity and the discrepancy between classes, with an egalitarian society. Based on this comparison between discordant economic models, the present work aims to analyze the solidarity economy as a contradiction or alternative to the current economy, taking as its object of study the family farming fair in Patos-PB. To achieve the aforementioned objective, an interview script was used described in a descriptive level research, exploratory in nature and with a qualitative and quantitative approach. Therefore, it was concluded that the family farming fair in Patos-PB, as a solidarity enterprise, is characterized as a contradiction to the current economy. However, there is a lack of action on the part of public authorities for better development.

Keywords: Solidarity economy; solidarity enterprise; contradiction.

LISTA DE GÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados	39
Gráfico 2 - Gênero dos entrevistados.....	40
Gráfico 3 - Filhos dos entrevistados	41
Gráfico 4 - Estado Civil dos entrevistados	41
Gráfico 5 - Renda familiar dos entrevistados	42
Gráfico 6 - Tempo de trabalho na feira de Agricultura familiar.....	43
Gráfico 7 - Nível de satisfação em relação à feira de agricultura familiar	43
Gráfico 8 - Incentivos do poder público e privado	44
Gráfico 9 - A opinião de cada membro é importante para tomada de decisões?.....	45
Gráfico 10 - A feira de agricultura familiar proporciona qualidade de vida?	46
Gráfico 11 - O produto leva em consideração o respeito ao meio ambiente e preço justo? ...	47
Gráfico 12 - Vocês são solidários uns com os outros?.....	48
Gráfico 13 - O produto do empreendimento tem vínculo com consumidores específicos ou compete no mercado em busca de consumidores diversos?	49
Gráfico 14 - Dos desafios que a feira enfrenta. Qual se destaca mais?	50
Gráfico 15 - Como parceira da feira, qual contribuição da igreja católica você destaca como a mais benéfica?	51
Gráfico 16 - A gestão municipal atual tem dado assistência à feira de agricultura familiar ...	52

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
AP	Ação Popular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	11
1.2	OBJETIVOS E PROBLEMA DA PESQUISA.....	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	PROBLEMA DA PESQUISA	13
1.4	METODOLOGIA.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.	14
2.2	RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
2.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
2.3.1	Solidariedade e cooperação: Um caminho viável para um sistema justo e solidário	19
2.3.2	Autogestão e Democracia: O eixo que separa empreendimento solidário de empresas capitalista	20
2.3.3	Respeito à natureza e ao comércio justo: Equilíbrio entre progresso e sustentabilidade.....	22
2.4	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PIONEIRISMO DE ROBERT OWEN.....	24
2.5	FORMAS DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: ISOLAMENTO X COMPETIÇÃO DE MERCADO	25
2.6	ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27
2.7	INSTITUIÇÕES DE FOMENTO À PRÁTICA COOPERATIVISTA: IGREJA CATÓLICA, CÁRITAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
2.8	A AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MODELO DE VALORIZAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR ALIADO A PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	33
3	METODOLOGIA	36
3.1	TIPO DE PESQUISA	37
3.2	UNIVERSO DE ANÁLISE	38

3.3	TÉCNICAS DE INSTRUMENTOS E COLETAS DE DADOS.....	38
3.4	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	38
4	RESULTADOS DA PESQUISA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTADO DE CASO SOBRE A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR EM DE PATOS –PB.....	39
4.1	INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS	39
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COM A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR	42
4.3	A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR ENQUANTO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO	45
4.4	PERSPECTIVAS DE MELHORIAS DA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A	63

1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, veremos o conceito de economia solidária: em que se fundamenta, em que contexto se insere, sua finalidade e relevância para a sociedade, além dos conjuntos de atores que se destacam no seu desenvolvimento na concepção dos autores.

O modelo capitalista é o sistema econômico hegemônico no Brasil e na maioria dos países no mundo, tem como características predominantes a busca constante pelo lucro e a acumulação do capital baseado na propriedade privada. Essa estrutura tem como alicerce a divisão de classes, que separa os proprietários dos meios de produção, detentores do capital, e os proletários, que vendem a sua força de trabalho em troca de salários.

Já o modelo de economia solidária se apresenta como uma alternativa frente à organização de trabalho capitalista, pois está consolidada no conceito de propriedade coletiva do capital, isto é, o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo é organizado sob a forma de autogestão e participação democrática dos membros da entidade promotora do trabalho.

Mais do que suprir necessidades voltadas para a economia de mercado por meio da autogestão, a economia solidária apresenta-se como um modo de produção alternativo, cuja prática trabalhista é pautada por valores como promoção do desenvolvimento humano, sustentabilidade, solidariedade, produção e consumo éticos.

Em um cenário em que a desigualdade é um problema estrutural que afeta o mundo todo, e se revela pior em época de crise, urge a necessidade de rever a relação entre produção e acúmulo de riquezas predominante, principalmente, em países subdesenvolvidos, de modo a buscar a valorização integral do ser humano em detrimento da supervalorização do capital financeiro.

Na concepção de Barretos, Lopes e Paula (2011), a proposta da Economia Solidária emerge como uma possibilidade de geração de renda, inserção e mudança social. Conceitualmente, a Economia Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores.

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. (ORTIZ ROCA, 2001)

Entre seus traços característicos estão:

- a “reciprocidade colocada no cerne de sua passagem à ação econômica, as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais”;
- a vontade de empreender é coletiva. Não se busca o “retorno sobre o investimento individual”;
- tais iniciativas se perenizam combinando fontes de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (financiamento híbrido: estático, receitas autogeridas e contribuições voluntárias);
- “estas experiências organizam-se dentro de uma dinâmica cidadã favorecendo a criação de espaços públicos de proximidade” (CRIDA, 2000, tradução livre).

Esse modelo econômico baseado na autogestão, começou a ganhar relevância no contexto mundial a partir do final do século XX, no Brasil, foi durante a década de 1990 que o fenômeno passou a ganhar importante espaço de discussão, obtendo visibilidade no campo teórico e prático. Sua projeção só foi possível devido ao apoio de movimentos sociais, instituições religiosas, segmentos populares urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção baseadas no trabalho associado.

De acordo com Sousa (2013), quatro conjuntos de atores sociais se destacam no desenvolvimento da economia solidária no Brasil:

- 1) Sindicatos, que por meio de suas federações e centrais;
- 2) Universidades, com seus núcleos de extensão universitária, organizados em redes, presentes em grandes instituições de ensino superior;
- 3) Poder público, através de secretarias e departamentos, em âmbitos municipal, estadual e também federal;
- 4) Igrejas, com seus organismos, movimentos e pastorais sociais

Podemos citar como exemplo, os diversos trabalhos de pesquisas das universidades públicas, a ampliação do debate público através de fóruns e congressos a respeito do tema, em algumas instituições de ensino, também compreendida na existência de empresas incubadoras de apoio e fomento a empreendimentos solidários de livre associação, administradas por estudantes e professores.

Quanto ao poder público, seu apoio manifesta-se através de políticas de incentivo, no fomento de parcerias público-privada e na viabilização de espaços para operacionalização de empreendimentos solidários. Já no tocante às instituições religiosas, destaque para a igreja Católica e suas pastorais, grupos e movimentos que acolhem trabalhadores pobres, excluídos do processo produtivo de trabalho e os capacitam para que assumam empreendimentos solidários sob a prática do cooperativismo, muitas vezes em parceria com sindicatos, dentre outros movimentos sociais.

Para Carvalho (2011), a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Considera ainda que, “ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda”.

Na concepção de Gawlak (2007), a prática do cooperativismo solidário significa a cooperação mútua de pessoas, que visam se ajudar e conseguir alcançar objetivos em comum, com a necessidade de troca de informações, tecnologias e conhecimento entre seus membros, para que juntos consigam se fortalecer e alcançar o sucesso.

1.1 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Com base em Pochmann (2001), a precarização e flexibilização do trabalho causam fortes impactos no mercado de trabalho, segundo o autor, o que se observa no Brasil é uma combinação de desemprego em larga escala em concomitância com o crescente número de postos de trabalho precários, ocupações temporárias, caracterizadas por maior instabilidade. Tudo isso graças a reformas neoliberais que impulsionaram o aumento da pobreza, do endividamento e da fome.

Recentemente, criou-se a expressão "uberização da economia", definido como um novo modelo de trabalho em que o profissional presta serviços conforme a demanda sem que haja vínculo empregatício. Nessa modalidade, o trabalhador é "seu próprio chefe", já que ele determina quanto tempo irá trabalhar durante o dia. Em consequência da baixa remuneração, o profissional autônomo precisa se submeter a extenuantes jornadas de trabalho a fim de garantir a sua subsistência e a da sua família, para tal, esse regime exige sacrifícios que poderão impactar negativamente o seu bem-estar e as suas relações sociais e familiares.

Solidário ao contexto atual, a temática da economia solidária atrai meu interesse, pois me tenciona a pensar numa relação de trabalho a partir de uma concepção humanista, centrada na dignidade da pessoa humana, sem distinção de classe social, que sirva como um processo de amadurecimento do caráter humano, cujo vínculo entre os participantes seja o princípio da corresponsabilidade pelo bem-estar social da comunidade.

A destacar sua relevância social, e tendo em vista o considerável número de cooperativas, associações e outras formas de gestão do trabalho baseados na livre associação,

considero este trabalho como uma investigação pertinente acerca da prática autogestionária e sua proposta de apresentar uma alternativa justa, igualitária e solidária frente ao modelo capitalista neoliberal contemporâneo e suas implicações na sociedade brasileira, sobretudo, nas camadas populares economicamente mais vulneráveis.

A economia solidária é um tema relativamente no âmbito acadêmico e se propõe a trazer contribuições do ponto de vista social, econômico e ambiental, sobretudo, em uma perspectiva de crise, de precarização do emprego, desemprego e empobrecimento da população, tudo isso relacionado a um cenário influenciado por desastres climáticos, que afetam toda a cadeia produtiva além de reduzir a gama de recursos naturais para as próximas gerações. Uma visão de negócio sustentável nunca foi tão urgente como atualmente, por isso, acredito que um estudo apurado com enfoque no desenvolvimento humano e sustentável produza importantes contribuições para a sociedade, podendo dar continuidade a novos estudos acadêmicos sobre esse ramo econômico.

1.2 OBJETIVOS E PROBLEMA DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como escopo analisar a economia solidária enquanto contradição ou alternativa à economia vigente, tendo como objeto de estudo, a feirinha de agricultura familiar de Patos-PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar se a feira de agricultura familiar está organizada sob princípios da economia solidária;
- Compreender o funcionamento articulado de ações de apoio e fomento à feira
- Constatar como as ações de apoio por parte das instituições, impactam no desenvolvimento do trabalho associativista;
- Identificar quais os principais desafios para a subsistência deste empreendimento solidário.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

A economia solidária é uma contradição ou uma alternativa à economia vigente, no estudo de caso sobre a feira de agricultura familiar de Patos-PB?

1.4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza quanti e qualitativa aplicada, de característica descritiva, sua amostra será por conveniência, realizada através do método quantitativo.

Dessa forma, o presente trabalho será dividido da seguinte forma: o capítulo 2 fará uma breve contextualização da economia solidária no mundo atual, fazendo um comparativo entre os princípios apresentados por esse pensamento econômico, com a lógica do capitalismo dominante, além de abordar formas distintas da economia solidária; o capítulo 3 tratará da metodologia da pesquisa quanto ao tipo, universo, amostra, tratamento e análise dos dados; o capítulo 4 analisará os resultados do estudo de caso; o capítulo 5 mostrará as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Neste capítulo trataremos de fazer uma abordagem teórica e histórica do referido tema, sua importância para o desenvolvimento econômico, podendo esse modelo ser uma alternativa para o enfrentamento das desigualdades sociais preponderantes no país. A partir dessa análise, será apresentado seus princípios formadores, debateremos as principais divergências quanto ao sistema econômico vigente, além de apresentarmos formas distintas de economia solidária dentro de um contexto mercadológico.

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2008). A medida mais analisada de modo geral acerca do desenvolvimento econômico, é a do aumento da renda por habitante, porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. Entretanto, em determinados casos, essa medida, por si só, não reflete perfeitamente o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico de um país.

Uma alternativa mais acurada, que não substitui, antes complementa a análise anteriormente citada, é o índice de desenvolvimento humano (IDH). O Índice é uma medida focada no progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Foi desenvolvido por Mahbub ul Haq, ancorado no trabalho de Amartya Sen sobre capacidades humanas, que estabelece uma relação entre satisfação pessoal e qualidade de vida. Exemplos incluem estar bem alimentado, abrigado, saudável; fazendo: trabalho, educação, votação, participação na vida comunitária.

O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador clássico, o do Produto Interno Bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica, sem antes fazer uma abordagem mais minuciosa acerca da qualidade de vida da sociedade no geral. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a afirmar que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura, essa abordagem mais humanista trouxe critérios de avaliação mais próximos da realidade de um povo, compreendendo aspectos relacionados ao seu bem estar social, muitas vezes em contraste com o crescimento do PIB do país, já que este implica apenas

no aumento da produção e consumo de bens e serviços, sem necessariamente examinar mudanças no padrão de vida da população.

A seguir, será debatido a relação entre crescimento e desenvolvimento econômico. Esse entendimento servirá como premissa para posteriormente entendermos como a economia solidária pode se apresentar como uma alternativa ou uma contradição ao sistema econômico hegemônico numa perspectiva de desenvolvimento.

2.2 RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desde os anos 60, se argumenta que o crescimento econômico é uma simples variação do PIB (FURTADO, 1961), enquanto desenvolvimento deve ser caracterizado como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (ALLEN; THOMAS, 2000).

Para a escola econômica estruturalista que inclui esses autores, desenvolvimento é o crescimento econômico (incrementos positivos no PIB e RIB) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades das pessoas, envolvendo, principalmente, alimentação, saúde, habitação, educação, segurança, transporte e lazer, dentre outras (MITSCHHEIN, ROCHA e VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013). Para estes autores, o que se evidencia na linha de raciocínio da economia estruturalista é que, embora crescimento econômico não é por si só desenvolvimento por via de mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ele é condição para que este desenvolvimento aconteça. Neste sentido, são consideradas sociedades desenvolvidas e sociedades em desenvolvimento àquelas que são capazes de produzir continuamente e na mesma proporção de atendimento das necessidades das coletividades que também se multiplicam ao longo da história (MITSCHHEIN, ROCHA e VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Veiga (2010), destaca a amplitude do conceito de desenvolvimento e relata que a controvérsia sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico é uma maneira simplista de não atenção da complexidade que o conceito de desenvolvimento abrange. Se tais

conceitos forem entendidos como sinônimos o desenvolvimento se traduz em medição de índices como o PIB e PNB, no entanto, o reducionismo dos conceitos deve ser trocado pela necessária abrangência que o conceito de desenvolvimento impõe.

“O debate acerca do desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve se acrescentar que apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam.” (SCATOLIN, 1989, *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 38)

No uso corrente, crescimento e desenvolvimento econômico são expressões geralmente utilizadas como sinônimas, apesar de ambas discutirem estratégias a longo prazo, possuem diferenças significativas. Para este último, além de um aumento significativo da renda per capita de um país, é preciso que exista uma melhora estrutural em setores econômicos e sociais. Por exemplo, ao longo do século XX, muitos países sul-americanos como o Brasil tiveram anos de um exitoso crescimento econômico, porém, este crescimento não foi acompanhado de uma melhora no nível de vida da população.

Atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem-estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente. Por isso, é importante não o confundir com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 2)

No caso brasileiro, o grande crescimento promovido entre os anos 1950 e 1980 ocorreu apoiado em grande acumulação de bens de capital, uso da força de trabalho e investimentos em infraestruturas. Entre as falhas do desenvolvimento, destacam-se os setores de educação, saúde e saneamento. Sendo assim, é possível um país ser muito rico e seus habitantes muito pobres, ou pode não ser tão rico e seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida superior ao de um país que tenha uma renda per capita maior. O que irá determinar essa diferença é o perfil da distribuição de renda, ou seja, como a riqueza total que é produzida no país, é distribuída entre os habitantes. Como pensava Schumpeter (1908): "Ninguém dá importância ao pão pela quantidade de pão que existe num país ou no mundo, mas todos medem sua utilidade de acordo com a quantidade disponível para si, e isso, por sua vez, depende da quantidade total."

O problema da desigualdade tem raízes profundas, persistiu ao longo da nossa história, havendo pequenas variações nos níveis de concentração e acúmulo de capital, antes as quais as políticas de crescimento destinadas à população mais vulnerável não têm gerado efeitos

duradouros. Seu conceito é amplo e compreende diversos outros tipos de desigualdade: seja na questão da oferta de emprego, no nível de escolaridade, de renda, de gênero. Sua problemática decorre através da interação entre os atores políticos, sociais e econômicos de cada país.

Uma das suas principais causas é a distribuição desigual de renda entre os diferentes participantes de uma economia. Normalmente, a concentração de renda é apresentada como uma proporção entre renda e população (INVESTOPEDIA, 2017). Ela é medida por dois índices principais: coeficiente de Gini e curva de Lorenz. Ambos os índices representam o ponto básico de partida para qualquer estudo sobre bem-estar econômico, economias em desenvolvimento, economia do trabalho, estatísticas econômicas e sociais, sociologia quantitativa e ciência política (BETTI; LEMMI, 2008).

No Brasil, o acúmulo de riquezas pertencente a uma minoria da população é alarmante. Sabe-se que hoje o país tem a maior concentração de renda do mundo. Quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, a maior concentração do tipo no mundo. É o que indica a Pesquisa sobre a Desigualdade Mundial (2018), coordenada, entre outros, pelo economista francês Thomas Piketty. De acordo com levantamento da Oxfam Brasil (2017, p. 30-32), os 10% mais ricos concentram 74,2% da riqueza total, restando aos 50% mais pobres apenas 3,1% da riqueza nacional.

Todos esses dados dão uma perspectiva nua e crua da realidade da desigualdade social do Brasil provocada pela concentração de renda, colocando-o em posição de destaque no tocante à desigualdade socioeconômica contemporânea, juntamente com alguns países da África subsariana, a exemplo da África do Sul, e da América Latina. Surge como necessária a reformulação de novas políticas públicas que contemplem a base da pirâmide e atendam ao apelo popular por alternativas favoráveis ao desempenho produtivo dos trabalhadores mais pobres, de modo que possa gerar qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

A proposta deste trabalho, visa estudar a economia solidária como estratégia que atenda a finalidade proposta, uma vez que suas organizações, ao se valerem da cooperação centrada na valorização do ser humano e não do capital, como é visto na estrutura clássica do capitalismo, tendem a exercer efeitos diretos na distribuição dos resultados, no fortalecimento dos seus membros, na promoção da equidade, no respeito à natureza e no consumo solidário. As somas desses fatores possibilitam não só o crescimento pessoal de cada participante da organização, como também o crescimento do grupo, gerando um impacto positivo na vida em comunidade.

Segundo SCHIOCHET (2013), um dos desafios para se superar a pobreza extrema é promover as capacidades e criar oportunidades para que as pessoas nessa situação possam obter renda por meio do trabalho decente. A realidade mostra que, além do emprego assalariado, com

a venda direta da força de trabalho, milhares de pessoas pobres e extremamente pobres sobrevivem por meio de iniciativas de trabalho por conta própria, formais ou informais, incluindo micro empreendimentos individuais ou familiares. Nesse contexto, o auto emprego associado é a opção da ES que tem mais possibilidade de perdurar.

Desta forma, é mister frisar que, o processo de desenvolvimento visto como melhoria na qualidade de vida das pessoas reflete melhores condições de produção e conseqüente crescimento econômico. Assim, o foco das ações deve voltar-se para o aparelhamento dos meios que as pessoas dispõem para conviver com suas adversidades para se alcançar os fins desejados por elas. Neste sentido, a depender dos fins que o indivíduo queira alcançar, a acumulação de renda pode ser um meio ou pode ser ineficaz para tais fins. Desta forma, no planejamento do desenvolvimento deve estar clara a identificação dos fins desejados para se estabelecer os meios de alcançá-los.

2.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A princípio, conforme preconiza a economia solidária, é possível afirmar que a economia solidária se revela como um movimento que possui como principal objetivo, o bem-estar social, pois ela prioriza o desenvolvimento humano e não trata os resultados financeiros como única finalidade. Por essa razão, é possível afirmar que a Economia Solidária se baseia no ideal de que “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante” (PINHEIRO, 2013, p. 89). Compreender o caráter transformador da economia solidária, em relação a seus fundamentos, características e princípios, permite uma reflexão sobre esse modelo econômico como um sistema capaz de produzir avanços no combate às desigualdades sociais.

Para termos um entendimento mais preciso das práticas da economia solidária, deve-se antes compreender os princípios que norteiam esse modelo, levando em conta todos os aspectos envolvidos, desde o modo de preparo da matéria prima e produção, passando pela cooperação e a forma de tomada de decisão dos membros associados. Posto isto, são estes os princípios formadores da economia solidária: Solidariedade, autogestão, democracia, cooperação, respeito à natureza e comércio justo.

A seguir debateremos os princípios que compõe a economia solidária, compreendendo suas principais divergências ao sistema capitalista e como elas contribuem para a finalidade proposta, a de construir uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

2.3.1 Solidariedade e cooperação: Um caminho viável para um sistema justo e solidário

A força motriz do capitalismo é regida pela competição na busca de resultados que satisfaçam a ambição seja ela individual ou coletiva. A pressão cotidiana por resultados, quase sempre implica em conseguir uma posição favorável em relação ao concorrente, essa disputa recompensa vencedores e pune perdedores, formando um ciclo interminável de competição que perdura ao longo da vida. Somos inseridos numa espécie de “gangorra social” em que o instinto de sobrevivência nos obriga a produzir bons resultados, mas que nem sempre nos garante a condição de vencedores, já que o processo competitivo é circunstancial, ora estaremos na ponta de cima da balança, ora na parte de baixo.

A exemplo disso, na competição de mercado, existe uma hierarquia social escalonada de cima pra baixo, que comumente recompensa os detentores do capital com maior concentração de riqueza ao passo que beneficia os trabalhadores da base da pirâmide apenas com o benefício da manutenção do emprego, sem ganhos significativos na remuneração, mesmo estes determinantes nos resultados ambicionados pela empresa. Ser vitorioso, nesse contexto, não significa obter recompensas relevantes.

Em um contexto macro, a polarização entre vencedores e perdedores faz com que apenas uma parcela, a dos triunfantes, cresça e se desenvolva, enquanto que os derrotados ficam à margem dos benefícios sociais em disputa. Neste sentido, o capitalismo reduziria a condições mínimas a capacidade de igualdade entre diferentes grupos sociais, acentuando as diferenças entre grupos, determinando relações sociais de desigualdade no acesso à participação política e social, além de manter uma lógica econômica excludente.

Na contramão desse sistema, surgem alternativas com intuito de reconfigurar as relações humanas, com base na cooperação mútua e na solidariedade entre os indivíduos. Entre estas alternativas está a Economia Solidária. Segundo (SINGER, 2002, p. 9), “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.” Ele reforça isso quando diz que “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”

Singer (2003) caracteriza essa economia solidária como o arranjo de produtores, consumidores e poupadores que se diferencia por duas especificidades: o estímulo à solidariedade entre os membros integrantes por meio da prática da autogestão e prática da

solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com destaque aos mais desfavorecidos, sendo a cooperativa uma das formas mais comuns desta espécie de empreendimento.

Para Silva e Oliveira (2009), uma cooperativa que funciona “sob os preceitos da economia solidária deve primar pelas relações simétricas entre os seus associados.” Não obstante, mesmo que o empreendimento solidário surja com base nesses preceitos, a fim de construir um modelo econômico mais justo e igualitário, ele precisa manter essa lógica de contradição com o modelo econômico vigente.

Rosa et al. sublinham que “qualquer tentativa de ruptura com a lógica do capital que esteja baseada numa racionalidade de caráter instrumental estaria fadada ao fracasso”, uma vez que, se o empreendimento solidário é contaminado pela busca incessante de eficiência econômica, a qual requer a competitividade e não a solidariedade, não há possibilidade de ruptura (ROSA et al., 2006, p. 263). Isto é, essa linha de condução do empreendimento implicaria um desenvolvimento socioeconômico pautado pela maximização do lucro, que vai ao encontro do modelo capitalista.

Posto isso, a cooperação entre indivíduos de um mesmo contexto econômico se mostra um caminho viável para se atingir um sistema mais justo e igualitário, mas que só é possível através de uma consciência coletiva dotada de solidariedade e de um modelo econômico que possa romper com a lógica capitalista pautada pelo lucro

2.3.2 Autogestão e Democracia: O eixo que separa empreendimento solidário de empresas capitalista

Para falar de autogestão, é preciso explicar um pouco sobre a heterogestão, traço característico das empresas capitalistas. A heterogestão é procedente de uma gestão hierarquizada, formada por níveis de autoridade, cujas ordens instrucionais são mandadas de cima para baixo, ao passo que informações e consultas são enviadas de baixo para cima. Desta forma, quanto mais próximo estiver o trabalhador da base da pirâmide, menor é o nível de conhecimento acerca das decisões estratégicas da empresa, que são decididas pelo topo. À medida que se ascende na hierarquia, os efeitos são contrários, o nível de conhecimento então é proporcional à localização do trabalhador nessa pirâmide, assim, quem estiver mais próximo do topo, maiores serão as responsabilidades acerca das decisões estratégicas da organização.

Já a autogestão, pela qual são caracterizados os empreendimentos solidários, trata-se de um modelo em que os trabalhadores são coproprietários, diferente da alienação do trabalho

visto no modelo capitalista, em que o trabalhador apenas cumpre ordens de superiores. É neste sentido que Lefebvre (2017, p. 141) escreve sobre o papel da autogestão: “Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação.”

A autogestão permite que cada membro associado esteja num patamar de igualdade acerca das tomadas de decisões, geralmente decididas em assembleia, e por mais que alguns empreendimentos de porte significativo apresentem um corpo administrativo para deliberar decisões em nome de todos, devida a dificuldade em organizar uma discussão produtiva com um grande número de pessoas, é o coletivo que decide os rumos da organização, em contraste com a prática capitalista, pois, embora haja presente um corpo hierarquizado, as ordens administrativas são emanadas de baixo para cima e as demandas e informações, de cima para baixo. Em suma, a autogestão, na economia, pode ser definida como uma metodologia de gestão, aversa à heterogestão, com estrutura organizacional interna não-hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação democrática dos trabalhadores.

Com respeito ainda sobre a definição, o autor José Henrique de Faria (2016, p.5) defende a autogestão como a negativa à heterogestão, ao sistema capitalista. E as autoras Silva e Silva (2014, p. 4) defendem que a autogestão funciona “não levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantiram sua sobrevivência e sua auto sustentação no mercado. ”

Para que a autogestão seja adotada de maneira efetiva nas organizações solidárias, ela precisa estar vinculada ao objetivo principal, que é o desenvolvimento humano, tendo a primazia, valores como a igualdade, a valorização do ser humano, satisfação das necessidades humanas, estímulo à liberdade e ao pensamento crítico. E a democracia participativa é o princípio que instrumentaliza esses valores.

“Há de se entender que em qualquer empreendimento solidário é necessária a existência de uma condição de igualdade, onde haja direitos iguais para todos que deste modelo participam. É a democracia participativa que visa garantir esses direitos. ” (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 432).

Os autores Da Silva Junior e Vanzella (2017, p. 106) vão além ao esclarecem a especificidade da democracia participativa, que é delineada não como o direito ao voto, delegando a terceiro o poder de decisão, mas como “um processo de articulação coletiva onde as demandas são conciliadas a partir das reflexões participativas de forma isonômica”.

No tocante às reflexões participativas, Singer afirma que “é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada

problema. ” (SINGER, 2002, p. 19). Sendo assim, A democracia participativa requer engajamento de todos em solucionar conflitos, oferecer soluções, criar novas propostas, sem correr o risco de cair na condição degenerativa do que Singer chama de “lei do menor esforço”. Para ele, esse é o maior perigo da autogestão, acontece quando há falta de interesse dos sócios nas decisões administrativas, concentrando o poder de decisão no corpo gerencial eleito, essa conduta revela uma prática típica de autogestão e pode ser determinante no fracasso do empreendimento.

Em outras palavras, é preciso ter a consciência de que a organização é um só corpo, todos são igualmente fundamentais para o crescimento dela, autogestão é mais do que apenas cumprir o ofício do trabalho, é comprometer-se com a causa, sabendo que o sucesso da organização se reverterá em desenvolvimento para todos de maneira igualitária.

2.3.3 Respeito à natureza e ao comércio justo: Equilíbrio entre progresso e sustentabilidade

A problemática da sustentabilidade transcende barreiras, tratando-se de um problema universal, que assume neste novo século um papel chave na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das possibilidades que se configuram a partir do mesmo. O quadro socioambiental que orienta as sociedades contemporâneas aponta que o impacto causado pelos seres humanos na biosfera tem provocado sequelas cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2003)

O desenvolvimento sustentável é um dos pilares da economia solidária, possuindo papel destaque na Carta de Princípios da Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES): a economia solidária compõe o fundamento de uma globalização humanizada, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo buscando a satisfação racional das carências de cada um e de todos os indivíduos do globo, permeando um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2005).

Para concretizar esse objetivo, a economia solidária busca transformar as relações interpessoais com base num modelo de comércio mais justo, inclusivo e sustentável. Sua missão é provocar mudanças que favoreçam as condições não só dos membros do empreendimento, como também da população local em harmonia com o meio ambiente.

Entende-se como comércio Justo, “a relação de troca, baseada no diálogo, na transparência e no respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional. Dessa forma, contribui ao desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais;

garantindo o direito dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados. (Definição da World Fair Trade Organization - Organização Mundial do Comércio Justo).

Em suma, essa relação de troca depende da prática sustentável capaz de “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. (CAPRA, 2003, p. 238), assim como, de preços justos que possam permitir acesso ao consumo sustentável para uma gama maior e diversificada de pessoas. Desta maneira, a economia solidária serve como canal para conscientizar as pessoas em prol de um equilíbrio entre o progresso da sociedade e a conservação do meio ambiente.

Para desenvolver uma prática de ações sustentáveis, é preciso entender que ela é multidimensional, “pode ser apresentada como dimensões sociocultural, ecológica, territorial, econômica, política nacional e política internacional. ” (SACHS, 1998). A dimensão social propõe uma justa distribuição de renda, igualdade social e qualidade de vida; a cultural nos sugere autonomia na estruturação de projetos assim como a confiança e abertura para o mundo; a ecológica nos alerta para a preservação da fonte natural e os limites para sua utilização; a territorial aborda o equilíbrio entre o meio urbano e o rural, além da preocupação com o desenvolvimento de cada regional; a econômica busca abordar o equilíbrio econômico entre setores e realização e melhoramento de pesquisas científicas e tecnológicas; a dimensão da política nacional compreende os direitos humanos, a democracia; a política internacional propõe a paz e a cooperação internacional, científica e tecnológica (LAMIM-GUEDES, 2012).

Essas dimensões mostram que o conceito de sustentabilidade é multifacetado, cuja complexidade vai mais além do que o respeito à natureza. Ou seja, pode-se dizer que a sustentabilidade aplicada à economia solidária, é uma nova forma estratégica de se pensar as relações organizacionais, de sociedade e de ordem econômica enfatizando a importância do coletivismo e cooperação para as práticas em si baseadas (JACOBI, 1999).

Este desenvolvimento mais do que promove a conservação do ambiente, também está em busca de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de uma região, erradicação da pobreza, e satisfação das necessidades básicas de uma população. Fazendo assim, que se transforme em um projeto social e político em busca da conjuntura do desenvolvimento econômico, sustentável em prol da descentralização territorial de produção para que haja no mundo atual melhores condições de vida, de consumo e produção e da vida do meio ambiente (LEFF, 2011)

Desse modo, a economia solidária busca auxiliar na promoção de ações que vise uma nova sociedade concebível através das relações interpessoais com vistas ao desenvolvimento sustentável. Por essa razão, afirma-se que a Economia Solidária traz à sociedade a consciência

crítica de resignificar o seu consumo e sua produção de modo a encontrar um equilíbrio entre progresso e sustentabilidade.

No próximo ponto, teremos uma breve perspectiva histórica com ênfase nas contribuições pioneiras de Robert Owen na construção do modelo de economia solidária.

2.4 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PIONEIRISMO DE ROBERT OWEN

A economia solidária teve surgimento pouco do advento do capitalismo industrial, introduzido na Grã Betânia, como reação ao empobrecimento em massa dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã Betânia foi a mãe da primeira revolução industrial, precedida pela expulsão generalizada de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformariam no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas era ferrenha, os trabalhadores eram obrigados a suportar longas horas de jornada em troca de salários baixíssimos, o regime de exploração era intenso e causava graves sequelas na saúde do trabalhador, fator que elevava a morbidade e a mortalidade, até mesmo entre os mais jovens, e impedia que a produtividade pudesse se elevar. Tal fato fez com que industriais, com um viés mais humanista, propusessem leis de proteção trabalhistas.

Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, primeiro nome que Singer menciona ao falar das origens históricas da Economia Solidária, o bem-sucedido empresário trouxe uma abordagem revolucionária ao priorizar o bem-estar dos trabalhadores quando a regra era explorá-los indiscriminadamente em prol do lucro. Para Singer (2003, p. 13), Owen fez contribuições pioneiras, que posteriormente germinariam para o desenvolvimento da Economia Solidária. O movimento cooperativista, idealizado por ele, constitui-se como origem da Economia Solidária.

Segundo Cole (1963, p.98), Owen foi uma “personalidade incrível a quem muitos dos movimentos do século XIX devem sua origem”. Cole (1944, p.13, nossa tradução) afirma: “Owen, ele próprio um grande fabricante, tornou-se durante algum tempo o profeta e líder de grande parte da classe trabalhadora britânica”. Singer (2002, p. 26) Engels (2016, p. 374) reconheceu que “Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais que foram feitos na Inglaterra visando ao interesse dos trabalhadores estão vinculados ao nome de Owen”.

O raciocínio econômico de Owen era engenhoso, pensado para inserir a força de trabalho ociosa, devido ao empobrecimento avassalador das classes mais vulneráveis, excluídas do processo de trabalho, de modo que produzissem para a sua própria subsistência, gerando

emprego e renda ao invés do estado apenas gastar com fundos que eram distribuídos para estes. Se configurava então o pensamento embrionário do movimento cooperativista

Foi em 1817, que Owen apresentou o plano ao governo britânico para que o fundo de sustento aos pobres se convertesse em compra de terras e aldeias cooperativistas em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, os excedentes de produção poderiam ser trocados entre Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. O que permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados no sustento desses necessitados.

A preocupação de Owen em reinserir os excluídos do processo de trabalho para expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido, influenciou a tese do “pleno emprego” do também Britânico Robert Keynes, como uma forma de superar crises econômicas do tipo capitalista. Suas ideias inspiraram a criação de várias cooperativas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos (LECHAT, 2002, p. 5).

No próximo ponto será apresentado formas distintas de empreendimento solidário dentro de um contexto mercadológico de mercado.

2.5 FORMAS DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: ISOLAMENTO X COMPETIÇÃO DE MERCADO

A Economia solidária possui formas distintas no tocante à maneira de se situar no mercado dominado pelo capital e na relação com os consumidores, uma delas seria o isolamento: “a economia solidária tenderia a constituir um todo autossuficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários.” (SINGER, 2002, p. 117)

Dessa maneira, o consumo é estimulado não apenas pelas vantagens em ter o produto, mas por seguir determinados princípios na produção e na relação do produto com a finalidade que se busca atingir.

Euclides Mance (2000, p. 30) escreve: “Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir

jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.) é o que denominamos aqui como consumo solidário”.

“Pela descrição do consumo solidário de Mance, fica claro que este oferece uma margem limitada de proteção às mercadorias produzidas pelos excluídos, pois para poderem ser vendidas elas podem ser apenas um pouco mais caras ou um pouco inferiores em qualidade. É fácil perceber que, se a distância entre preço e qualidade da produção capitalista e da produção solidária for mais do que um pouco, a quantidade de mercadorias compradas solidariamente cai rapidamente, pois apenas um punhado de consumidores solidários ricos e caridosos se disporia a adquiri-las.” (SINGER, 2002, p. 119)

Em oposição a essa lógica, há também empreendimentos solidários que competem diretamente no seu nicho de mercado a fim de diversificar sua freguesia e aumentar seus ganhos. Para isso, precisam de estratégias capazes de enfrentar a concorrência de igual por igual. Essa maneira diferenciada sobre como situar o produto no mercado gera um debate sobre qual modo é mais eficiente para garantir subsistência aos empreendimentos solidários.

Para exemplificar essa diferença, podemos utilizar como empreendimento solidário, uma feira de agricultura familiar gerida por uma associação de agricultores, se os produtos comercializados pela feira, atraem o interesse de uma parcela de consumidores motivados por uma consciência ideológica de valores, seja eles pautados pelos benefícios ambientais, sociais e culturais envolvidos, de modo com que essa relação de troca, torne o empreendimento autossuficiente, invulnerável à competição de mercado, podemos classifica-los como uma economia solidária do tipo isolada. Entretanto, se a feira em questão, adota certas estratégias capitalistas para competir no mercado, a fim de aumentar o volume de vendas, diversificando sua base de clientes, podemos dizer que se trata de um empreendimento solidário voltado à competição de mercado.

Para Singer (2002, p. 120) o consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como o são os clubes de troca. Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários.

No próximo capítulo, entenderemos como a economia solidária pode ser encarada como alternativa de desenvolvimento econômico compreendendo seus avanços desde os primórdios de seu surgimento até a sociedade atual.

2.6 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas iniciais eram caracterizadas pela busca por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (SINGER, 2005).

A economia solidária refere-se a organizações e empresas baseadas nos princípios de solidariedade e participação, que produzem bens e serviços ao mesmo tempo em que buscam objetivos econômicos e sociais. Apesar da importância do assunto, ele ainda está em construção e consolidação, sendo necessária uma revisão da literatura para aumentar a contribuição nesse sentido, abordando sua evolução (DUQUE et al., 2021).

De acordo com Nagem e Silva (2013), a Economia Solidária é um conjunto de atividades cujo objetivo é a democratização da economia por meio do engajamento de indivíduos em grupos coletivos de organização do trabalho. Tais organizações podem ser feitas de várias maneiras: dentre elas, há a criação de empresas auto gerenciadas, em que a tomada de decisão é feita por meio da democracia. Além disso, outras formas de associativismo e cooperativismo podem surgir.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social, assim como, segundo Mitschein, Rocha e Vasconcellos Sobrinho (2013) o processo de desenvolvimento deve ser entendido como contínuo e de variação de sociedade para sociedade em que alguns países levaram séculos para alcançar e outros sobrepuseram suas hegemonias a partir do avanço da lógica capitalista pós revolução industrial. Desta forma, o desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Para França Filho (2007), ele afirma a importância das políticas públicas na efetivação das práticas de economia solidária. Ele afirma, se o campo da economia solidária no Brasil tem evoluído de formas de auto-organização socioeconômica inovadoras para modos de auto-organização políticos também inéditos no âmbito da sociedade civil, hoje tal dinâmica parece complexificar-se e enriquecer-se ainda mais, com a participação cada vez maior dos próprios poderes públicos. Ainda com o autor, a expressão mais acabada dessa relação tem sido o aparecimento e a multiplicação das políticas públicas dedicadas ao assunto, sobretudo no nível das prefeituras municipais.

Para Souza e Augusto Junior (2020), as conexões e articulações entre os empreendimentos de economia solidária em seus rendimentos monetários e não monetários - gerados por eles próprios - e também, quando articulados com políticas governamentais e de Estado condizentes, permite, de fato, um grande potencial para eles se fortalecerem e se desenvolverem, incluindo cada vez mais trabalhadores e apontando para uma nova economia, capaz de promover desenvolvimento socioeconômico efetivamente incluyente.

Para Singer (2005), o capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se capital à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho. Destarte, a economia solidária vem no sentido oposto dessa estrutura convencional, pois ela casa o princípio da unidade ente posse e o uso dos meios de produção e distribuição - da produção simples de mercadorias-, com o princípio da socialização destes meios do capitalismo, geridos por trabalhadores outrora marginalizados pelo mercado de trabalho comum.

Dessa forma, a economia solidária pode ser vista, em essência, como um ser híbrido dentro de um contexto dominado pelo capital: a pequena produção organizada sob princípios socialistas dentro de uma troca capitalista. Além disto, na economia capitalista, a lógica do lucro domina a produção, ensejando uma exploração predatória, ou seja, ocorre uma subjugação do processo de produção de acordo com os interesses do capital.

Na Economia Solidária, os meios de produção são de posse coletiva dos indivíduos que as utilizam e produzem efetivamente; a gestão da empresa é democrática e pode ser feita por meio da participação direta ou da representação; a receita líquida é repartida igualmente entre todos que cooperaram e o destino do excedente econômico também é debatido e escolhidos pelos próprios cooperadores (NAGEM e SILVA, 2013, p. 160).

Para exemplificar melhor, observa-se que, numa eventual disputa acirrada entre negócios similares pela mesma fatia do mercado, exprime-se a tendência de intensificar a

atividade laboral, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a necessidade, de empregar métodos contingenciais de corte de gastos, como redução de salários e demissões. Em suma, ocorre o que Singer chama de "ditadura do capital", que ele conceitua como o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção.

Segundo Singer, a ditadura do capital na empresa faz com que:

- a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age e seu nome
- b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista
- c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.

A crítica ao sistema capitalista precede à lógica da economia solidária, tendo em vista a tendência estrutural de desempregar, excluir e empobrecer parte considerável da massa trabalhadora e, por conseguinte, dividir a sociedade em uma elite abastada, detentora dos meios de produção, e uma camada populacional pobre, que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Esse pensamento decorre de um processo histórico de estudos feito por pensadores socialistas, posto em prática pelos trabalhadores pela prática cooperativista. Para Singer, os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo:

1. Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas.
2. Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles.
3. Assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida.
4. Pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários.
5. Os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.

A economia solidária surge no Brasil como resposta por parte da classe trabalhista ao processo falimentar das empresas que se sucedeu com nas décadas de 80 e 90, época de crise econômica, marcada pelo fechamento de empresas e demissões de numerosos trabalhadores, é desta época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em S. José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores.

Ao adotar as políticas neoliberais o Estado brasileiro passou a seguir uma agenda econômica calcada nos interesses do mercado global, reduzindo gastos sociais com saúde, educação, seguridade social e aumentando recursos com pagamento da dívida. Com isso, geraram-se perdas para a classe trabalhadora, que sofreu com o congelamento do seu salário real, ao mesmo tempo em que perdeu uma série de benefícios conquistados por lutas passadas.

Além das consequências sociais trazidas pelo neoliberalismo, dos fatores que contribuíram para a formação destes empreendimentos solidários, também pode-se destacar a legislação, que permitiu os desempregados arrendarem a massa falida da empresa na busca de preservar seus antigos postos de trabalhos e os sindicatos, representantes legais dos trabalhadores, que intervieram nas ações trabalhistas perante a justiça, posteriormente servindo como importantes pontos de apoio na consolidação dos empreendimentos.

Após arrendar a massa falida, surgem novos desafios para os trabalhadores, relativos à lógica de mercado e gestão como: comercialização dos produtos, acesso ao crédito, controle orçamentário, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Experiência e capacitação profissional para assumir riscos, eram as maiores fragilidades dos novos gestores, visto que, a partir dessa ruptura na configuração de trabalho e filosofia organizacional, eles eram incipientes no trato a essas questões. Hoje, há inúmeras instituições públicas ou privadas que oferecem programas de treinamento, cursos de capacitação, acesso mais vantajoso a créditos, dentre outros suportes.

O primeiro grande mapeamento dos empreendimentos solidários foi realizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2005, registrando aproximadamente 18 mil empreendimentos. A partir do segundo mapeamento nacional, foi constituído o SIES (Sistema Nacional de Informações de Economia solidária), desenvolvido pelo SENAES, em parceria com o FBES, foram registrados cerca 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013. A maior parte deles se encontrou na região Nordeste, responsável por 40,8% do total.

Um fator que explica a sobrevivência dos inúmeros empreendimentos solidários espalhados pelo país, é a liberdade do trabalhador, que não mais se sujeita à vontade imperativa do superior na hierarquia organizacional, ele agora tem uma voz ativa nas decisões da empresa, não sendo apenas mais um colaborador no quadro da empresa, além disso, o trabalho cooperativo produz uma relação de familiaridade e solidariedade entre os associados, eliminando aquele ambiente de competição interna comum nas empresas capitalistas. Tudo isso faz com o que o grupo de associados se motive a fazer sacrifícios, a trabalhar com mais

dedicação e amor ao emprego não mais alienado, o que resulta em ganhos substanciais de produtividade e grande redução de perda e desperdícios.

Ainda a OIT (2019), tanto a nível nacional como internacional, a Economia Solidária precisa sensibilizar todos os seus atores para o papel que desempenha na formação do futuro do trabalho. Esta missão educativa é importante tanto para a sociedade como para o mundo político para tornar visíveis as respostas que a Economia Solidária e as suas inovações podem dar aos desafios do mundo do trabalho. Internamente, também é importante que esses atores façam uma reflexão para determinar como fortalecer certas dimensões do emprego decente dentro dela (proteção social, condições de trabalho, por exemplo).

A seguir, apresentaremos numa abordagem história, uma das principais instituições de fomento à economia solidária – a igreja católica por meios de suas pastorais e organizações internas, com destaque para a Caritas e suas importantes contribuições para o desenvolvimento da prática do cooperativismo solidário.

2.7 INSTITUIÇÕES DE FOMENTO À PRÁTICA COOPERATIVISTA: IGREJA CATÓLICA, CÁRITAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na Europa, ao final do século XIX, o capitalismo industrial propiciava profundas mudanças estruturais decorrentes da relação entre capital e trabalho, a igreja católica presenciava o crescimento da desigualdade social, e com ela, toda gama de problemas originados pela ausência de uma rede de proteção social que protegesse a população operária, como a falta de cobertura para tratar o alastramento de doenças venéreas, dentre outras formas de degradação.

Embora o socialismo ainda não houvesse se consolidado como uma ideologia de poder, havia um forte clamor por mudanças partindo de sindicatos e partidos operários, fato que exercia crescente pressão nas elites europeias, nesse contexto, o papa Leão XIII promulgou em 15 de maio de 1891 a encíclica *Rerum Novarum*, sendo este o primeiro grande documento tendo a questão social como foco principal. Nela, o pontífice exige do estado, o dever de garantir direitos sociais como uma resposta às dificuldades exercidas pelas precárias condições de vida dos operários. Nasce a proposta de uma verdadeira política social com valorização do trabalho no século XX, a chamada "doutrina social da igreja", que influenciaria posteriormente os rumos dos movimentos sociais da igreja, com destaque para as pastorais com ênfase na economia solidária.

Nesse contexto de crítica à sociedade capitalista, a igreja católica foi gradativamente cedendo aos anseios por uma luta por justiça social, nesse ínterim, amplia-se o conceito de caridade, a ideia fatalista de pobreza, passível de misericórdia alheia através de ações simplistas como dar esmola, é em parte substituída pelo conceito de justiça social, na luta do proletariado por direitos e melhorias de vida. "A caridade pessoal cedia espaço para as manifestações coletivas por justiça social" (SOUSA, Ricardo, 2013).

A igreja católica no Brasil, através da CNBB, influenciada pelas diretrizes atribuídas à doutrina social do Vaticano, como pelas oscilações da política nacional, dinamizou espaços de construção para o desenvolvimento da economia solidária, Sousa (2013) destaca as Comunidades Eclesiais de base e a teologia da libertação como incubadoras de grupos como a Ação Católica Brasileira (ACB), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e Ação Popular (AP).

Outra instituição católica que merece destaque é a Cáritas. A Cáritas Brasileira, criada em 1956 por Dom Hélder Câmara, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), faz parte da Rede Cáritas Internationalis, iniciada com a criação da Confederação Internacional de Caridade Católica, em 1950, por iniciativa do Papa Pio XII e do secretário de Estado substituto, monsenhor Giovanni Montini, que foi o Papa Paulo VI. Atualmente, é uma rede da Igreja Católica composta por 162 organizações de assistência, desenvolvimento e serviço social presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma.

Quando se estabeleceu no Brasil, sua atuação se restringia a distribuir alimentos aos mais carentes, com o passar do tempo, no tocante à mudança de mentalidade sociopolítica da igreja, essa organização adota um perfil mais combativo em relação às demandas sociais e passa a ter uma perspectiva "libertadora", apoiando iniciativas populares para a geração de trabalho e renda.

"Há que se distinguir nas ações da Cáritas três grandes ênfases [...]: a ênfase assistencial, a promocional e a da solidariedade libertadora. A ênfase assistencial data de 1956 [...] a Cáritas encarregou-se de articular as obras sociais de inspiração católica para promover a distribuição dos donativos e alimentos, especialmente o leite em pó americano. [...] A ênfase promocional tem início em 1966. As inquietações advindas das contradições do programa de distribuição de alimentos no contexto do regime militar instaurado resultam em processo de mudança [...] O lema 'ensinar a pescar' contrapunha-se ao 'dar o peixe', próprio da fase anterior. Experiências diversificadas de ações comunitárias do tipo das comunidades eclesiais de base, das associações de desenvolvimento comunitário, do cooperativismo, dão sustentação prática à reflexão sobre o desenvolvimento."

"[...] A ênfase à solidariedade libertadora, atual fase da Cáritas, privilegia um enfoque, um ponto de partida sobre o qual atua seja nas situações de

emergência, seja no apoio às iniciativas comunitárias ou associativistas, seja no apoio às mobilizações populares [...] A premência para implementar ações através de projetos que respondessem às reais necessidades da comunidade levou à opção pela linha de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) como expressão de compromisso social com o povo e como uma demonstração visível de que os trabalhadores organizados e apoiados têm uma saída para suas condições de miséria (Bertucci, 1996, p. 60-62)."

Este trecho nos dá uma explanação acerca da mudança de uma postura meramente assistencial para uma postura mais crítica ao capitalismo. Com isso, a Cáritas passou a apoiar milhares de empreendimentos baseados na prática cooperativista chamando-os de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) por todo Brasil, desde 1984.

Em resumo, os trabalhos das PACs lograram importante êxito no apoio e na capacitação de empreendimentos solidários no Brasil e constituíram maior aproximação entre as pastorais sociais, organizações não governamentais e movimentos populares.

Com esse olhar para o futuro, a OIT (2019) propõe que para ajudar a promover o desenvolvimento da Economia Solidária, é importante que os governos adotem e financiem medidas de longo prazo em apoio, reconhecendo as suas especificidades e o seu valor particular acrescentado, não só em termos de contribuição para a criação empregos e a qualidade dos empregos, mas também em termos de inovação e resposta aos desafios sociais como (cuidados, proteção social, integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho.

Valores como solidariedade e responsabilidade social passam pela necessidade de recuperar sua importância na sociedade, para que a cooperação na auto-organização possa ser aprendida e aplicada corretamente. Além disso, são imprescindíveis, investimentos para criação de oportunidades de formação especial e de educação continuada na geração de futuros atores da Economia Solidária.

Por fim, estudaremos neste capítulo, o modelo de empreendimento no qual está categorizado nosso objeto de estudo, trata-se da agricultura familiar, abordaremos seus principais pontos no contexto de economia solidária, sobretudo, em seus valores pautados pela valorização da dignidade humana e do meio ambiente

2.8 A AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MODELO DE VALORIZAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR ALIADO A PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

A agricultura familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do

manejo da terra, nasceu das lutas por reconhecimento e direito empreendidas, principalmente, por modelos sindicais do campo. Esse tipo de atividade não é recente no país, ao longo dos anos, vem se expandindo e se tornando uma nova categoria sociopolítica rural, respondendo aos efeitos dos processos de globalização, abertura comercial, crise econômica e esfacelamento da capacidade de intervenção do Estado, e legitimados por inúmeros estudos que apontavam para o protagonismo das agriculturas de base familiar para sustentar a produção e a geração de emprego e renda em inúmeros países, esses movimentos passaram a reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

É um modelo viável para promoção do desenvolvimento rural, com potencial para dotá-lo de qualidades relativas à sustentabilidade ambiental e à equidade social e econômica, que não estão na perspectiva da agricultura empresarial capitalista. Essa posição tem sido fundamentada a partir de diferentes perspectivas (PICOLOTTO, 2014).

A agricultura é uma das atividades humanas que mais impactam os ecossistemas em que vivemos, fazendo-se necessário analisar esses impactos sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável (DAL SOGLIO, 2013). As consequências da exploração indiscriminada de recursos naturais são devastadoras e foram se agravando ao longo da história, tornando-se predatórios aos Ecossistemas. Segundo Van de Ploeg (2008), esse fenômeno ocorreu a partir do momento em que o “lucro” passou a ser o principal objetivo da agricultura, reduzindo a produção de alimentos à segundo plano, enquanto produtos essenciais à sociedade.

No Brasil, esses pequenos empreendimentos agrícolas, caracterizados pela mão de obra familiar, são maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil, dados do Censo Agropecuário 2017-2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que 76,8% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil foram caracterizados como pertencentes à agricultura familiar, conforme estabelecido pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, decreto que institui o cadastro nacional da agricultura familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

O modelo agrícola familiar apresenta três características básicas que ajudam a defini-lo: a) os membros estão relacionados por grau de parentesco; b) a propriedade é determinada através do controle gerencial da família; e c) a unidade socioprodutiva é transferida de geração em geração. Além disso, os agricultores familiares também possuem relações identitárias e culturais como tradições, crenças e costumes localizados nos territórios (SILVA, 2015). E é comumente organizado sob a forma de empreendimento solidário através do associativismo rural.

O associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, pela melhoria da vida rural e contra as injustiças, garantindo a permanência na terra, bem como uma estratégia de resistência social, aumentando a capacidade de inserção, produção própria, geralmente, em pequena escala, no circuito econômico (FRANTZ, 2012).

Da mesma forma, Nunes et al., (2015) considera que através de suas organizações coletivas os agricultores familiares associados podem melhorar suas atividades produtivas com agregação de valor, por meio de suas agroindústrias de pequeno porte e, especialmente, na diversificação das formas de inserção nos mercados.

Além do mais, os produtores, organizados em associações, têm mais poder para pedir ao governo apoio para a construção e manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas, estradas. As associações são reconhecidas como de interesse público, beneficiando de diversos recursos de financiamento, oriundos de organismos governamentais, quase sempre transferidos com interesses diversos ou inexistentes, e de programas governamentais específicos (DUTRA, 2011).

Os valores da economia solidária aplicados na prática do associativismo, não só permitem ao associado, o desenvolvimento da pessoa humana, assim como da comunidade rural na qual ela está inserida, como também propicia desenvolvimento sustentável em meio a um segmento de mercado exploratório, já que possui como princípio o respeito à natureza, utilizando técnicas de produção de menor impacto tanto à natureza como à saúde humana.

Na atualidade a dinâmica existente no contexto da agricultura familiar envolve a real necessidade da adoção de práticas sustentáveis, no sentido de pensar em um futuro com maior qualidade de vida e preservação dos recursos. A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Assim, a cooperação agrícola tem sido incentivada e adotada como alternativa para melhorar as condições produtivas, desde a compra de insumos, o acesso à infraestrutura e melhores condições de venda da produção, com atenção especial às práticas sustentáveis, o que não só possibilita reduzir a subordinação nas relações que estabelece nos mercados, repercutindo no aumento da produtividade e da renda obtida, como gera impactos socioambientais bastante positivos.

No próximo capítulo, será abordada a metodologia da pesquisa, compreendendo o seu tipo, o universo de análise, as técnicas de instrumento e coletas de dados, assim como seus respectivos tratamento e análise dos dados.

3 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, a pesquisa seguirá todos os requisitos propostos pelo Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, por meio da Resolução nº 466/2012.

Com intuito de obter respostas para as questões levantadas por este trabalho, foi utilizada a pesquisa de campo, a fim de coletar informações por meio de roteiro de entrevista, em uma população de 10 trabalhadores da feira de agricultura familiar, localizada na rua. Dr. José Genuíno, 683 em Patos/PB, situado no nordeste brasileiro.

Sobre o tipo de pesquisa desenvolvido nesse estudo, ressalta-se que o mesmo trata-se de uma pesquisa de nível descritivo de caráter exploratório e com uma abordagem qualitativa e quantitativa, adotando-se como procedimento técnico a pesquisa de campo, bibliográfica e o levantamento estatístico assim como as suas bases conceituais, o cenário de pesquisa, os seus participantes, como foi feita a coleta de dados, a análise de dados com a apresentação dos resultados e as questões éticas envolvidas no estudo.

A pesquisa qualitativa é aquela que não se pode mensurar apenas com números e dados obtidos por meio de um questionário, por exemplo. É uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros. Assim, sabe-se que, o objetivo desse tipo de mensuração é entender de forma mais profunda o tema pesquisado e o que as pessoas pensam a esse respeito.

Deste modo, pode-se aferir para a pesquisa quantitativa, a atribuição de valores numéricos, cuja finalidade seja estudar os métodos estatísticos e as possíveis relações entre as variáveis, enquanto, a investigação qualitativa tem a função de recolher os discursos completos dos sujeitos, para proceder então com a sua interpretação, analisando as relações de significado que se produzem em determinada cultura ou ideologia.

Ainda neste contexto, analisa-se a assertiva da investigação quantitativa e sua possibilidade de generalizar os resultados para determinada população através de técnicas estatísticas de amostragem. A investigação qualitativa, por outro lado, não faz uso da representação estatística.

Para padronização dos dados, será utilizada a pesquisa quantitativa como método de pesquisa. Os dados serão analisados através de índices (%) e de forma descritiva. A pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentuais,

média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros. (MICHEL, 2005).

Frequentemente são utilizadas, quando se necessita garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências, ou seja, é projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística. Normalmente implica a construção de inquéritos por questionário, onde são contatadas muitas pessoas. Também são chamadas de pesquisas fechadas, talvez pelo formato em que os dados são coletados: quantificáveis e fechados. Portanto, a pesquisa quantitativa é conseguida na busca de resultados exatos evidenciados por meio de variáveis preestabelecidas, em que se verifica e explica a influência sobre as variáveis, mediante análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. (Michel, 2005).

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza quanti e qualitativa aplicada, de característica descritiva, quanto a seus objetivos, sendo sua amostra por conveniência, realizada através do método quantitativo.

Para Godoy (1995) a abordagem qualitativa utiliza diversas modalidades de investigação e teste de hipóteses entre as quais: a pesquisa documental, e o estudo de caso. Neste sentido, são apresentadas quatro bases teóricas para dar credibilidade à pesquisa: a) compreensão da realidade social, vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições objetivas são relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Já sobre a pesquisa quantitativa, Godoy (1995), discorre que, estas pesquisas permitem quantificar e medir as respostas dos participantes e transformá-las em dados passíveis de processamento e interpretação. Para chegar aos dados necessários, os pesquisadores trabalham com entrevistas ou formulários de perguntas fechadas, como, por exemplo, as de múltipla escolha, e amostras maiores.

Dessa forma, é um estudo descritivo objetivo com quantificação de fenômenos de causa e efeito, com variáveis sob a forma de dados numéricos e técnicas estatísticas, descrevendo fatos e/ou fenômenos de determinada realidade (FANTINATO, 2015).

Trata-se de um estudo transversal por sua fácil exequibilidade, rapidez de retorno dos dados obtidos e realizado em um período de curto tempo, visualizando a situação de uma determinada população (ZAMBELLO et al., 2018).

3.2 UNIVERSO DE ANÁLISE

O universo será composto por uma população de 10 trabalhadores da feira de agricultura familiar, a amostra será por conveniência, do tipo não probabilístico, a partir dos critérios de inclusão e exclusão do estudo.

A amostragem por conveniência é uma técnica de seleção de participantes para um estudo ou pesquisa que se baseia na facilidade de acesso e disponibilidade dos indivíduos.

A amostra por conveniência é escolhida pela facilidade de acesso aos elementos da população, sem preocupação com a representatividade estatística. Esta abordagem é útil em estudos exploratórios ou em situações onde os recursos são limitados, (GIL, 2002).

Por meio da amostragem por conveniência, foram entrevistados 7 pessoas de um universo de 10. Para responder aos questionamentos de natureza qualitativa, os respectivos entrevistados serão chamados de entrevistado A, entrevistado B, entrevistado C, entrevistado D, entrevistado E, entrevistado F e entrevistado G, a fim de preservar suas identidades.

Em relação à amostragem não probabilística, é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (MATTAR, F. p. 132).

3.3 TÉCNICAS DE INSTRUMENTOS E COLETAS DE DADOS

Como instrumento para a coleta de dados, será utilizado um formulário impresso de 17 perguntas, destas, 16 fechadas e uma de caráter aberto. A pesquisa será realizada no dia e local onde se realiza a feira, em uma quinta feira, na rua. Dr. José Genuíno, 683, em Patos/PB.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados serão inseridos em uma planilha de dados do programa Excel 2013. Os resultados serão tratados e analisados estatisticamente de maneira descritiva, dispondo os resultados obtidos na forma de gráficos e tabelas de frequências absoluta e percentual.

4 RESULTADOS DA PESQUISA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTADO DE CASO SOBRE A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR EM DE PATOS –PB

Nesse capítulo, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, com intuito de responder sobre a feira de agricultura familiar ser uma alternativa ou uma contradição ao sistema econômico vigente na cidade de Patos-PB, assim como correlacionar as peculiaridades do empreendimento com os princípios da economia solidária, compreender o impacto das ações de apoio por parte das entidades parceiras da feira e identificar os principais desafios para seu desenvolvimento.

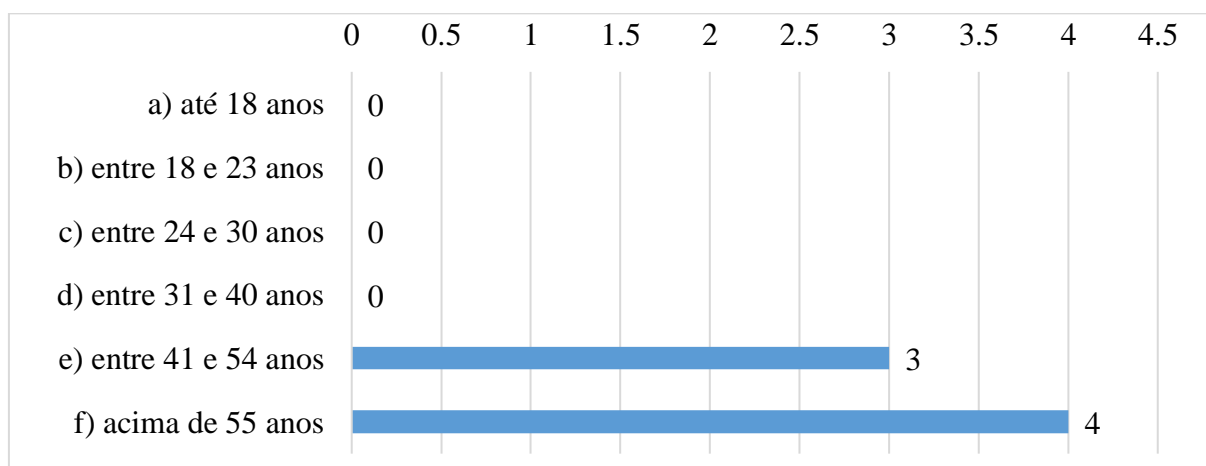
A coleta de dados iniciou-se com o levantamento de informações pessoais dos entrevistados e sua relação com o empreendimento em questão, depois foram colhidos dados a respeito do funcionamento da feira, por fim, informações acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos entrevistados.

Desse modo, os dados foram estruturados da seguinte forma: Informações pessoais dos entrevistados; Informações sobre a relação dos entrevistados com a feira; A feira de agricultura familiar enquanto empreendimento solidário; Perspectivas de melhorias da feira de agricultura familiar na percepção dos entrevistados.

4.1 INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS

No gráfico 01, é mostrado a faixa etária dos entrevistados participantes da feira de agricultura familiar na cidade de Patos-PB.

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados



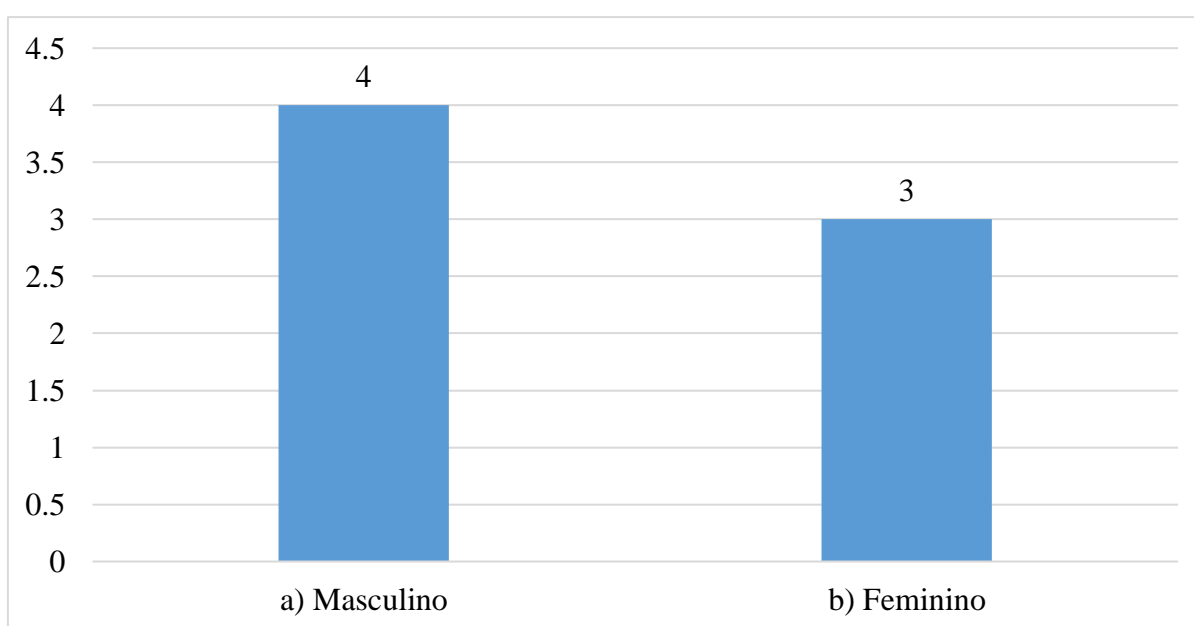
Fonte: elaboração própria

Conforme o gráfico mostra, se predomina a participação de pessoas acima de 41 anos. Observa-se que quatro dos sete agricultores entrevistados possui idade acima de 55 anos, enquanto que três dos sete possuem idade entre 41 e 54 anos.

A maioria dos associados é formada por agricultores com experiência no ramo da agricultura. Também é possível observar a falta de participação de jovens, visto que a pesquisa contabilizou nenhum jovem entre 18 a 24 anos.

O gráfico 02 apresenta o gênero dos entrevistados da feira de agricultura familiar.

Gráfico 2 - Gênero dos entrevistados



Fonte: elaboração própria

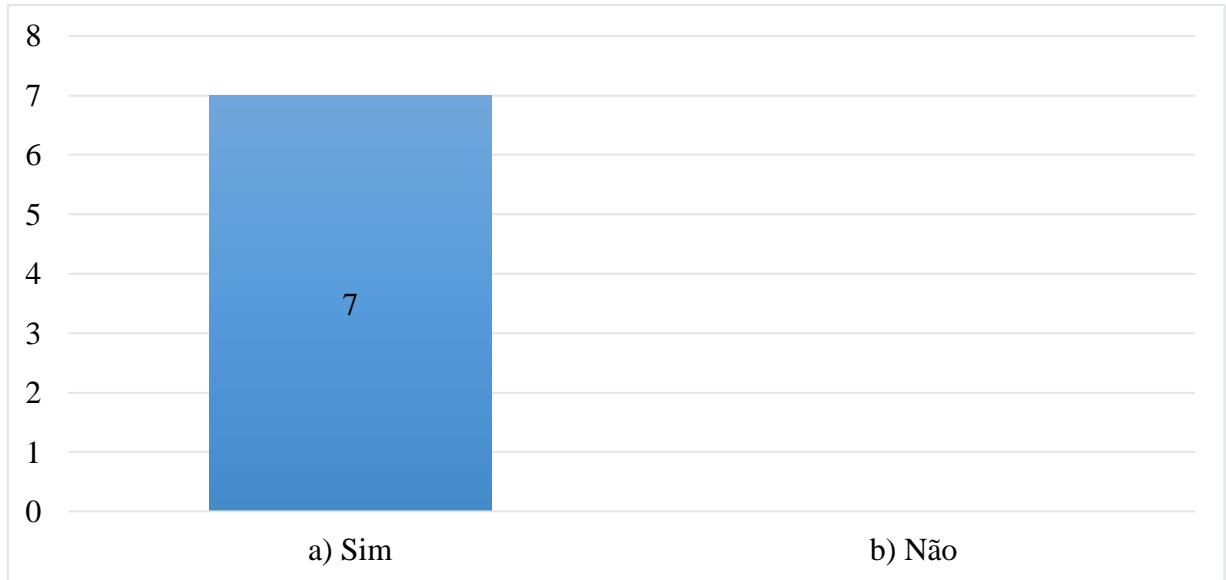
Em relação ao gênero dos entrevistados, percebe-se um equilíbrio entre homens e mulheres. É visto que a feira é composta majoritariamente por homens, embora numa margem relativamente pequena de diferença, dos entrevistados quatro são homens, e três são mulheres.

É importante destacar que durante a realização da pesquisa observou-se ser comum que as barracas de vendas eram administradas por membros relacionados por algum grau de parentesco, sendo essa uma das características de modelo agrícola familiar conforme observado por Silva (2015) em sua pesquisa.

Desta forma, quando os entrevistados foram indagados se possuíam ou não filhos, 100% dos deles afirmam possuir filhos, conforme Gráfico 03; tal situação associa-se ao contexto de alusão à condição do modelo de agricultura familiar visto que inclusive a responsabilidade da

administração das barracas, bem como a divisão das tarefas que envolvem a produção e comercialização dos produtos eram partilhadas entre os membros da família.

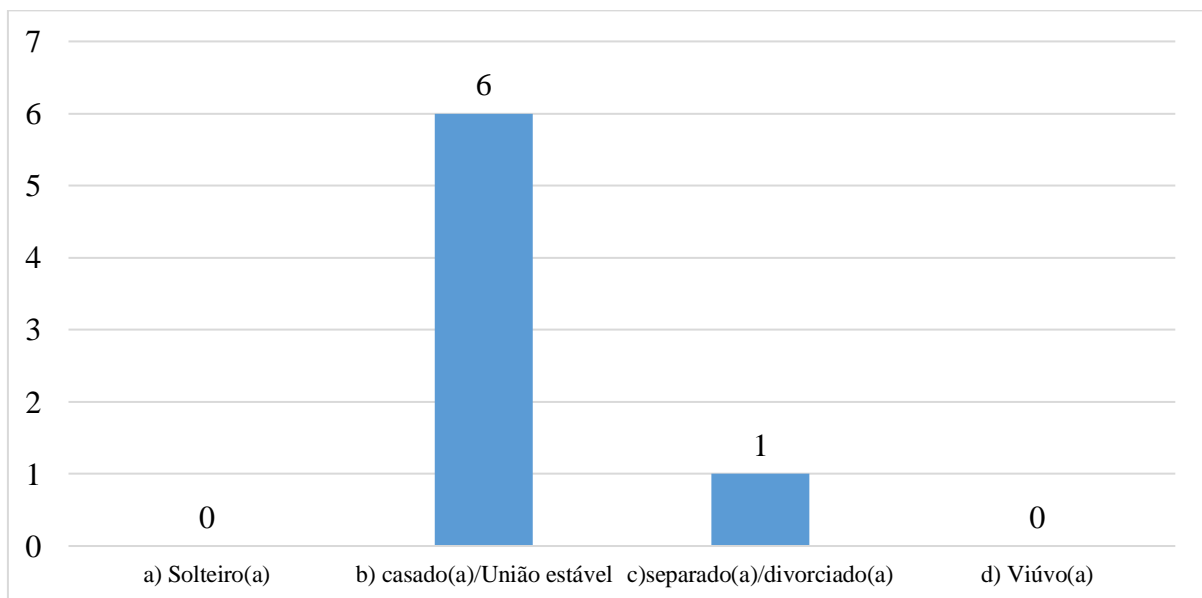
Gráfico 3 - Filhos dos entrevistados



Fonte: elaboração própria

O gráfico 04 por sua vez apresenta o estado civil dos entrevistados da feira de agricultura familiar.

Gráfico 4 - Estado Civil dos entrevistados

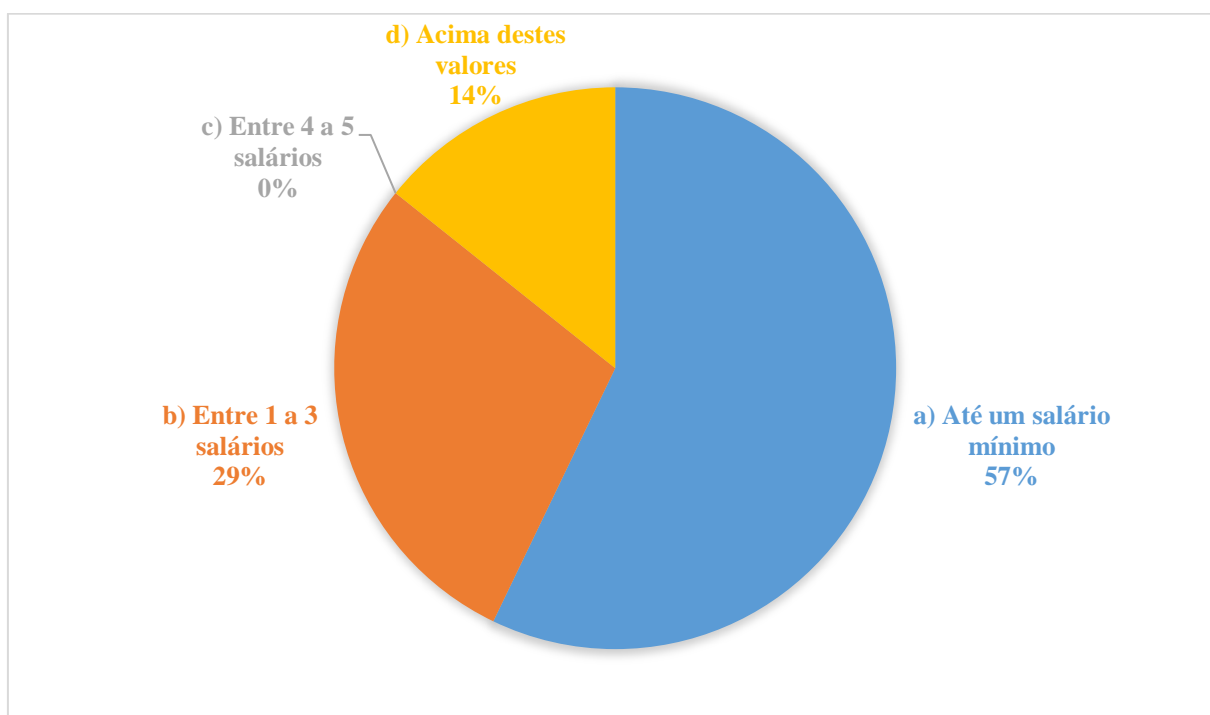


Fonte: elaboração própria

Conforme se observa no gráfico acima em relação ao estado civil dos entrevistados, pode-se dizer que a feira é predominantemente composta por pessoas casadas ou em união estável, isso porque seis dos entrevistados se declararam casados e apenas 1 das pessoas revelou ser divorciado.

O gráfico 05, por sua vez, expõe a faixa de renda familiar dos entrevistados.

Gráfico 5 - Renda familiar dos entrevistados

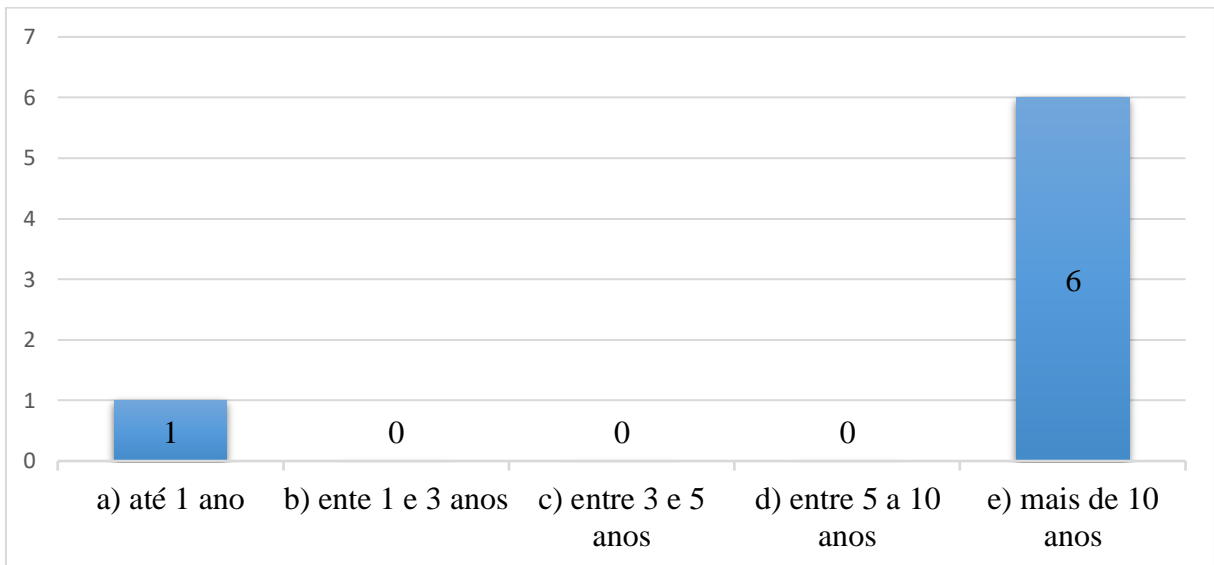


Fonte: elaboração própria

No que se refere a renda familiar, observa-se que a maioria dos agricultores possui uma renda de até um salário mínimo, enquanto que 29% somam entre 1 a 3 salários e apenas 14% somam acima de 5 salários. Desta forma, observa-se que a feira é majoritariamente composta por pessoas consideradas de “baixa renda”, inclusive na condição de dependentes de programas assistenciais de governo.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COM A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR

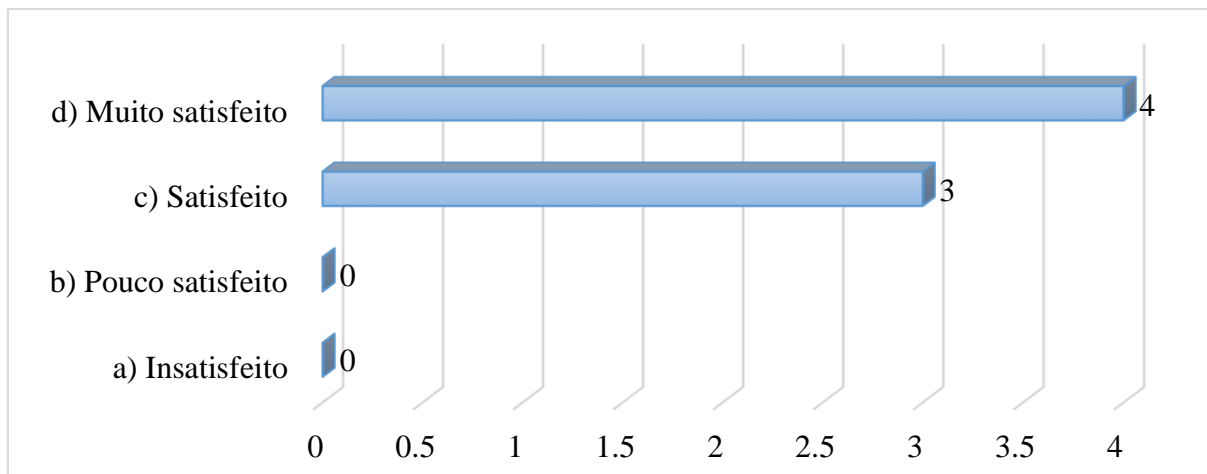
O gráfico 06 apresenta o tempo de trabalho dos entrevistados com relação a feira de agricultura familiar existente na cidade de Patos-PB.

Gráfico 6 - Tempo de trabalho na feira de Agricultura familiar

Fonte: elaboração própria

Seis dos sete entrevistados afirmarem estar trabalhando na feira de agricultura de Patos há mais de 10 anos, e apenas um dos sete entrevistados disse que estava trabalhando ali há menos de um ano. Sabe-se que a feira tem 14 anos de existência, a maioria dos entrevistados revelou estar presente desde o surgimento do empreendimento na cidade.

O gráfico 07 mostra o nível de satisfação dos entrevistados em relação a sua participação na feira de agricultura familiar sob uma perspectiva geral da organização, levando em consideração fatores internos e externos envolvidos.

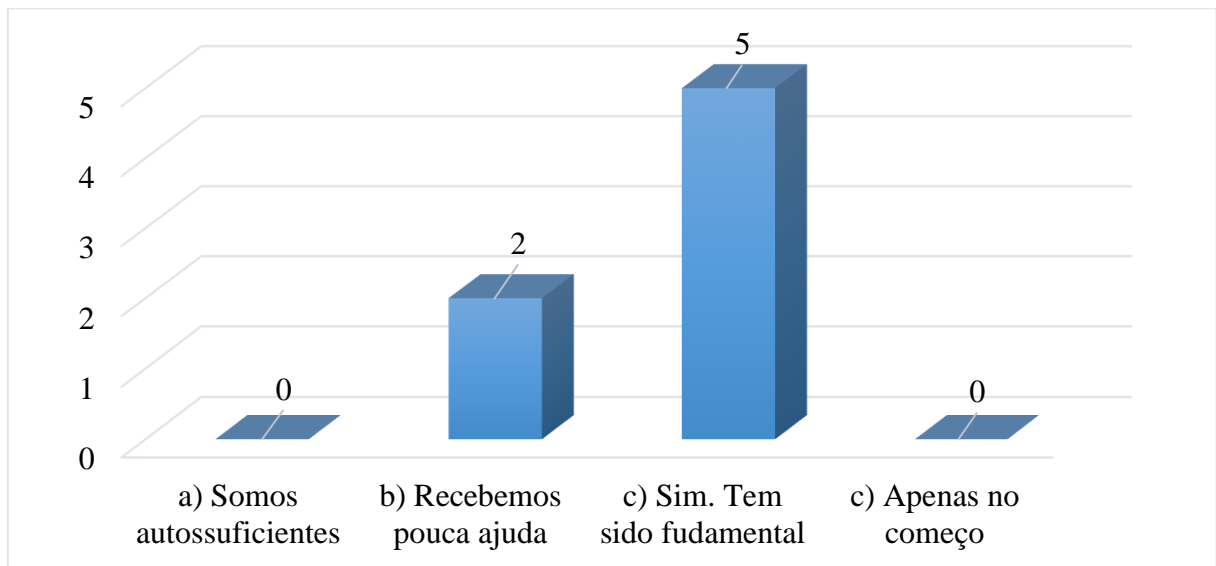
Gráfico 7 - Nível de satisfação em relação à feira de agricultura familiar

Fonte: elaboração própria

Ao serem indagados sobre o nível de satisfação, foi possível observar que todos os entrevistados apresentam bons níveis de satisfação em trabalhar na feira de agricultura em Patos. Quatro dos associados relataram estar muito satisfeitos e os outros três afirmaram estar satisfeitos, com o trabalho. Nenhum entrevistado optou pela opção “pouco satisfeitos” ou “insatisfeitos”.

O gráfico 08 traz informações referentes às ações de apoio por parte do poder público e privado e sua relação de importância para o andamento da feira de agricultura familiar em Patos-PB.

Gráfico 8 - Incentivos do poder público e privado



Fonte: elaboração própria

Cinco dos entrevistados respondeu que os incentivos são fundamentais para a continuidade da feira, e apenas dois ponderaram que, apesar de serem importantes, eles recebem pouca ajuda. Isso porque, conforme a percepção dos entrevistados, o espaço público destinado pela prefeitura é vital para que a feira se realize todas as quintas-feiras, entretanto, eles carecem de políticas públicas que incentivem e ofereçam melhores condições de trabalho, de forma a promover o desenvolvimento e estimular a participação de novos agricultores na feira de agricultura familiar.

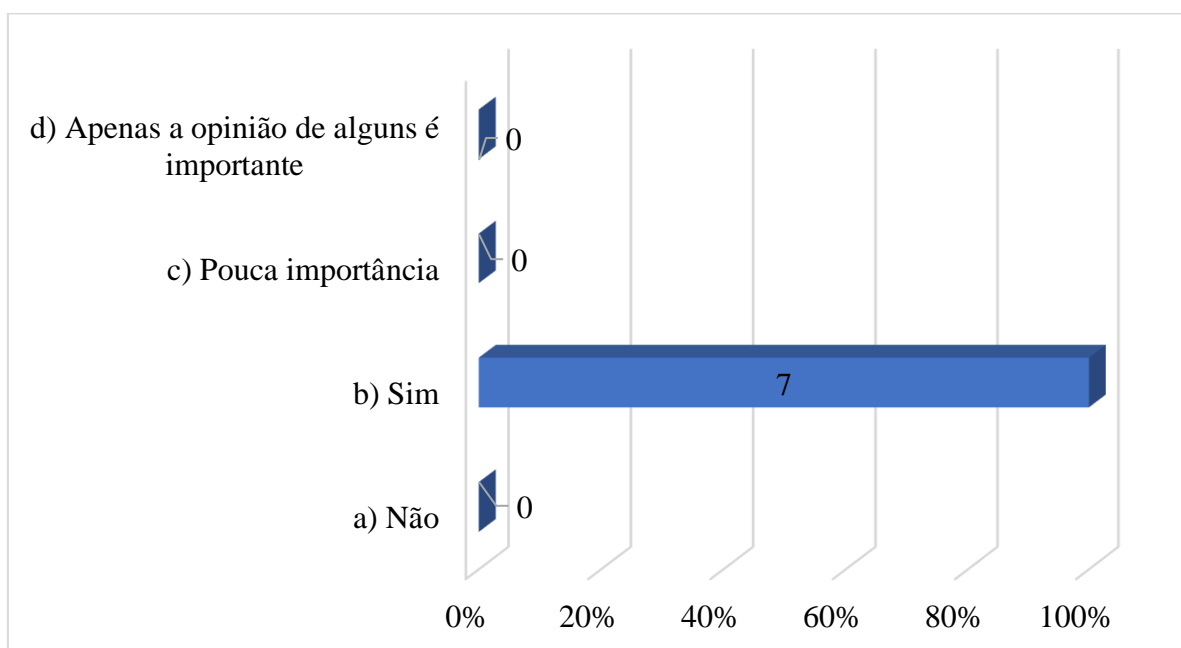
Já no que se refere ao incentivo por parte da igreja ou outras entidades os entrevistados afirmaram que o apoio maior viria da igreja católica, que contribui com ações como intercâmbio cultural, suporte material, financeiro e consultoria, além de estarem presentes nas assembleias administrativas realizadas pelo grupo.

Essa realidade compreende apenas o quarto grupo de atores sociais destacados por Sousa (2013) no desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Além das entidades religiosas, o autor destaca também os sindicatos, as universidades, o poder público através de secretarias e departamentos no âmbito municipal, estadual e federal.

4.3 A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR ENQUANTO EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

Quando se trata sobre a percepção dos entrevistados quanto ao processo democrático de tomada de decisão, informação está correlacionada aos princípios de autogestão e democracia da economia solidária, 100% dos entrevistados responderam que sim, que a opinião de cada associado tem sua devida relevância em discussões sobre tomada de decisões conforme se observa no gráfico 09.

Gráfico 9 - A opinião de cada membro é importante para tomada de decisões?



Fonte: elaboração própria

As respostas apresentadas estão de acordo com os princípios de autogestão e democracia, isso porque foi dito que, nas assembleias, que todos possuem igualdade de voto e cada um é livre para sugerir soluções, melhorias ou apresentar problemas, sendo que a decisão final vai depender justamente do voto da maioria.

A autogestão é um dos princípios basilares da economia solidária. Trata-se da livre associação de trabalhadores, coproprietários do modo de produção, em que cada membro é livre para decidir os rumos do empreendimento, diferente da alienação imposta pelo modelo capitalista (FARIA, 2016, p.5)

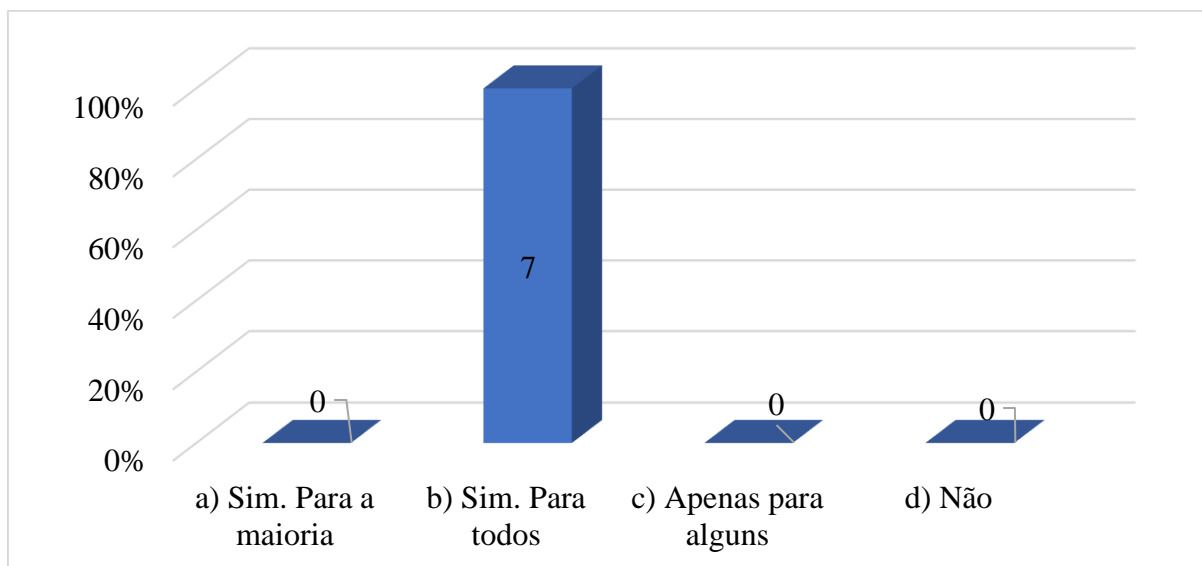
As decisões do grupo são instrumentalizadas a partir do princípio da democracia participativa (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 432).

Os entrevistados afirmaram que os agricultores associados são ativos na busca de soluções para suprir necessidades do grupo. Tal comportamento enseja que há um processo de articulação coletiva cujos problemas são pensados através das reflexões do grupo, conforme preconizam os autores Da Silva Junior e Vanzella (2017, p. 106).

O fato de todos estarem igualmente engajados, evoca o pensamento de Singer (2002) a respeito de se fazer necessário haver um só espírito combativo, no sentido de provocar mudanças positivas na saúde do empreendimento solidário.

O gráfico 10 trata da percepção dos entrevistados quanto à qualidade de vida promovida pela feira de agricultura familiar. Incluem-se benefícios sociais, econômicos e culturais.

Gráfico 10 - A feira de agricultura familiar proporciona qualidade de vida?



Fonte: elaboração própria

Em consonância com a pergunta número 7 acerca do nível de satisfação, todos os entrevistados responderam que a feira de agricultura proporciona qualidade de vida. Os agricultores disseram à maneira deles, que a feira proporciona dignidade e valorização do ser

humano. Há benefícios sociais e culturais, pois o comércio possibilita a formação de vínculos entre os associados, como também entre associados e clientes.

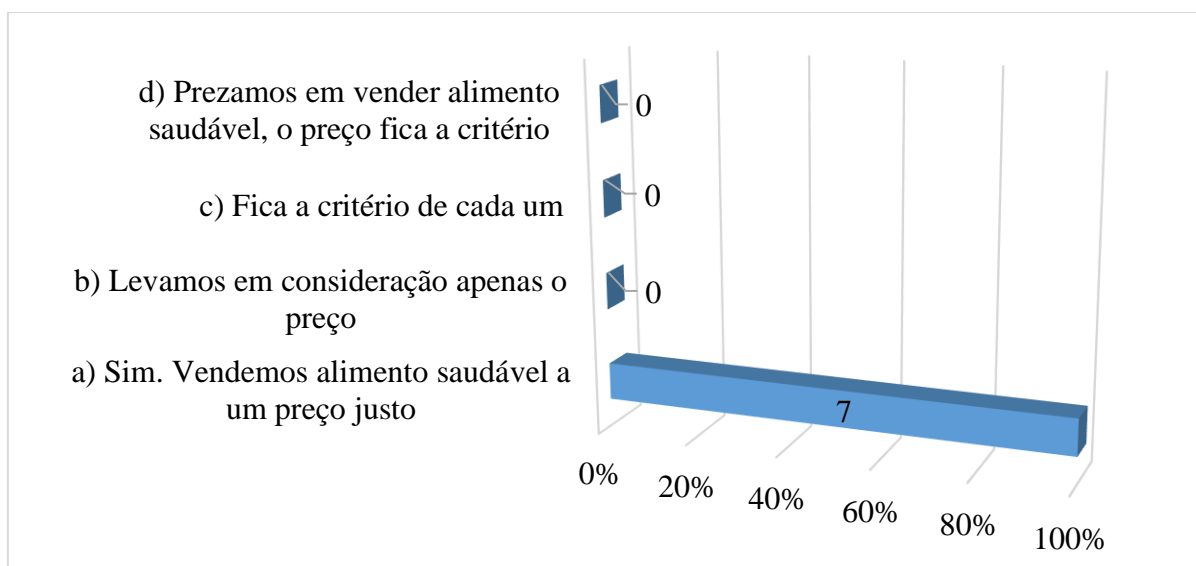
O ambiente, mais especificamente a praça onde são comercializados os produtos, é um importante espaço social para a construção de laços afetivos. Constantemente, a feira recebe visita de estudantes universitários, religiosos, membros de outras associações ou movimentos sociais, além disso, a igreja católica local, através da sua pastoral social, realiza intercâmbio entre agricultores, levando-os a outros municípios a fim de aprimorá-los através da troca de experiências.

Essa dinâmica solidária de ganhos social e cultural, está em conformidade com o que afirma Ortiz Roca (2001) ao retratar a economia solidária como um modelo de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

A cooperação mútua de pessoas dentro de um escopo solidário, apoiado na relação de troca de informações, tecnologias e conhecimento a fim de alcançar objetivos em comum, está condizente com a concepção de Gawlak (2007) sobre a prática cooperativista.

O gráfico 11 revela a opinião dos entrevistados sobre seus produtos darem atenção aos princípios de sustentabilidade e comércio justo, característicos da economia solidária.

Gráfico 11 - O produto leva em consideração o respeito ao meio ambiente e preço justo?



Fonte: elaboração própria

100% dos entrevistados responderam que vendem alimento saudável a um preço justo. Segundo a norma interna da associação, para comercializar, é exigido que os produtos

obedeçam a critérios tanto em relação à saúde e à sustentabilidade, quanto à precificação justa de mercado. O modo de produção precisa entregar produtos que sejam 100% saudáveis.

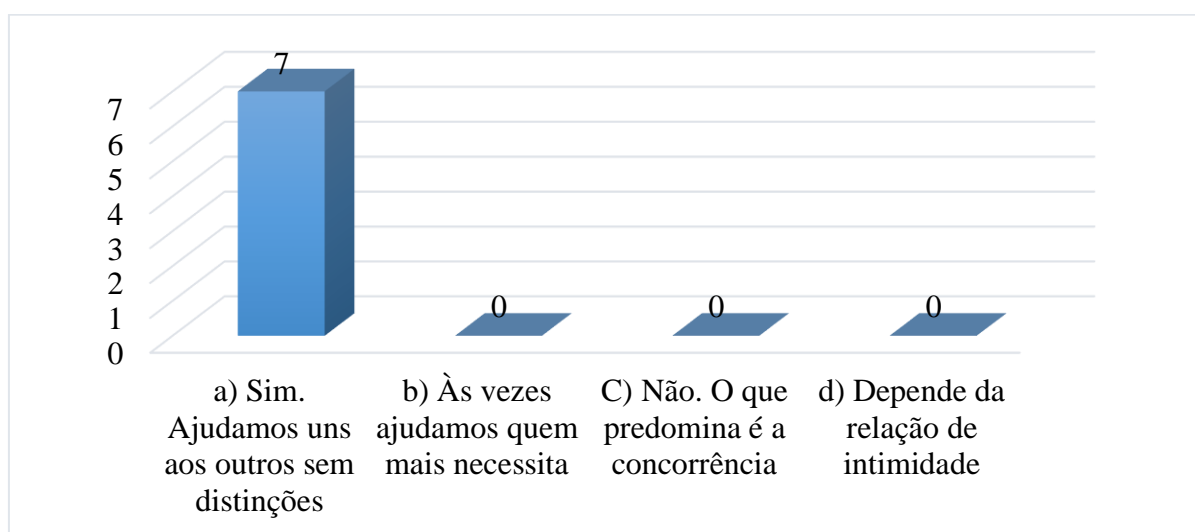
A precificação é padronizada, os entrevistados disseram que nenhum produtor pode vender seu produto a um preço menor de outro na feira. Em média, o preço é igualado ao que é praticado no mercado, não pode ultrapassar esse valor. É possível encontrar ofertas de produtos mais baratos, o intuito é entregar um produto com um custo benefício significativo nas mãos do cliente.

Os referidos critérios baseados na relação de transparência, respeito ao consumidor e igualdade, de modo a promover o desenvolvimento sustentável, estão de acordo com o conceito de comércio justo definido pela Organização Mundial do comércio Justo.

Dessa forma, pode-se dizer que a feira de agricultura familiar contribui para a promoção do desenvolvimento humanizado, sustentável e socialmente justo, como rege a carta de princípios da economia solidária do Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES). Posto que, ao optarem por venderem produtos que conservam o meio ambiente e que geram qualidade de vida ao consumidor, a preços acessíveis, a feira contribui com o desenvolvimento da população local como afirma Leff (2011).

O gráfico 12 mostra a percepção dos entrevistados a respeito do grau de solidariedade presente na feira de agricultura familiar, correlacionado ao princípio de solidariedade da economia solidária.

Gráfico 12 - Vocês são solidários uns com os outros?



Fonte: elaboração própria

Houve consentimento entre todos sobre o vínculo solidário ser parte da cultura organizacional da feira de agricultura. Foi enfatizado que a relação entre eles é equivalente a de uma família. Parte disso, é devido à cooperação entre os agricultores.

Os entrevistados relataram que se ajudam mutuamente no processo de venda com repasse de produtos quando há falta para determinado agricultor em vender os produtos de determinado associado, que por motivos justificáveis precisou faltar à feira, dentre outros exemplos.

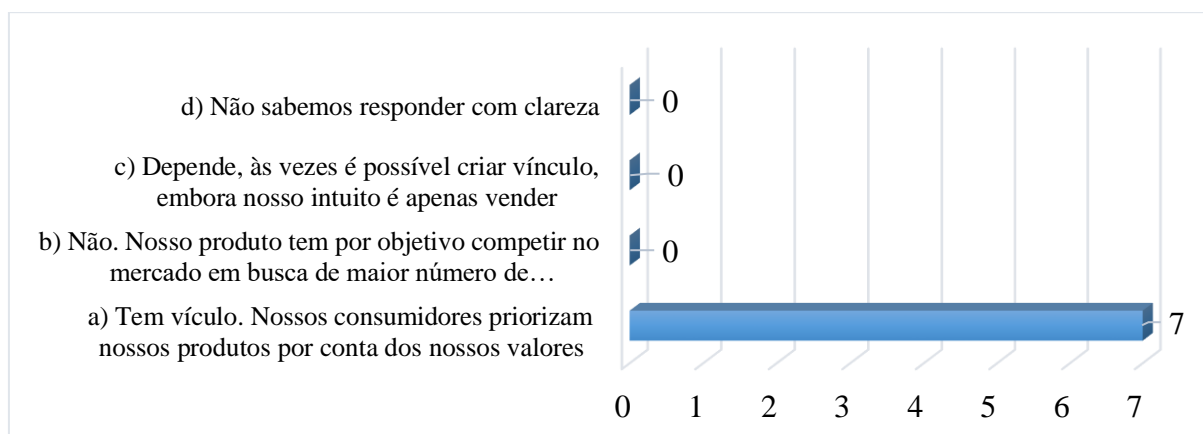
Externamente, eles preservam laços afetivos e preocupam-se com o bem-estar de cada um. Essa lógica solidária coletiva vai de encontro ao que é praticado pelo capitalismo dominante, regido pela competição.

O espírito cooperativo da feira é de natureza igualitária, pois coloca todos no mesmo patamar de igualdade, sem distinção de classes, gênero, religião, etc. Posto isso, é possível notar que essa realidade está em harmonia com a sociedade solidária, idealizada por Singer (2002), quando afirma que a chave dessa proposta, é o contrato entre iguais em vez do contrato entre desiguais.

Essa relação de simetria entre os associados da feira de agricultura familiar é vista como uma contradição às relações interpessoais impostas pelo sistema capitalista vigente e é fundamental para a construção de um modelo econômico justo e igualitário, como afirma Silva e Oliveira (2009).

O gráfico 13 mostra a opinião dos entrevistados quanto ao vínculo entre seu produto e seus consumidores, tendo em consideração o contexto mercadológico no qual está inserido. A partir dessa informação, analisaremos a especificidade do empreendimento solidário.

Gráfico 13 - O produto do empreendimento tem vínculo com consumidores específicos ou compete no mercado em busca de consumidores diversos?



Fonte: elaboração própria

Na visão dos entrevistados, em sua totalidade, eles possuem uma clientela seleta, dotada de consciência ambiental e social, que dão prioridade aos produtos ofertados pela feira devido, principalmente, à produção sustentável sobre o qual o produto final chega aos clientes. Alguns foram mais além, ao relatarem que alguns clientes até mesmo visitam os sítios de onde saem os produtos, para verificar a produção e atestar se os mesmos estão de acordo com seus valores.

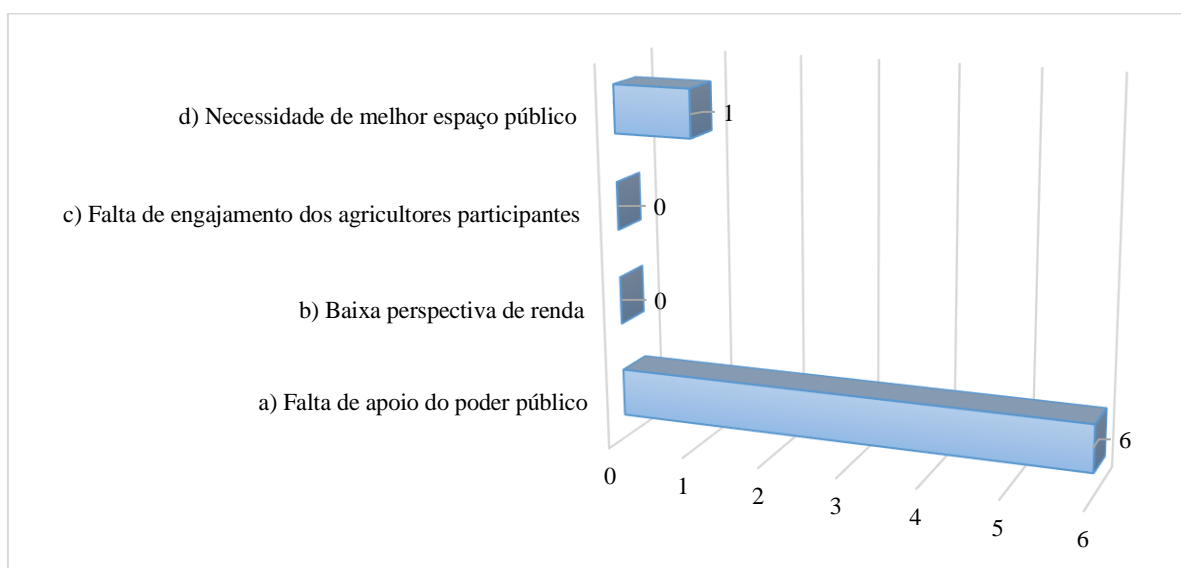
A partir dessa afirmação, pode-se afirmar que a feira de agricultura familiar de Patos, é um empreendimento tipo “isolado”. Protegido da competição das empresas capitalistas. (SINGER, 2002, p. 117)

Na concepção de Singer, existem duas formas de empreendimentos solidários, uma autossuficiente, protegida da competição de mercado através da fidelização de clientes com uma motivação de consumo ideológica, e a outra, por apresentar um empreendimento que compete igualmente com as empresas do ramo e busca diversificar sua base de consumidores em prol de obter vantagens competitivas que impulsionem seu crescimento.

O consumo ideológico que se preocupa com a preservação de ecossistemas e o bem-estar social, faz parte do que Mance (2000) define como sendo “consumo solidário”, característica peculiar dos empreendimentos marcados pelo isolamento.

O gráfico 14 destaca o principal desafio que a feira de agricultura familiar de Patos enfrenta na percepção dos entrevistados.

Gráfico 14 - Dos desafios que a feira enfrenta. Qual se destaca mais?



Fonte: elaboração própria

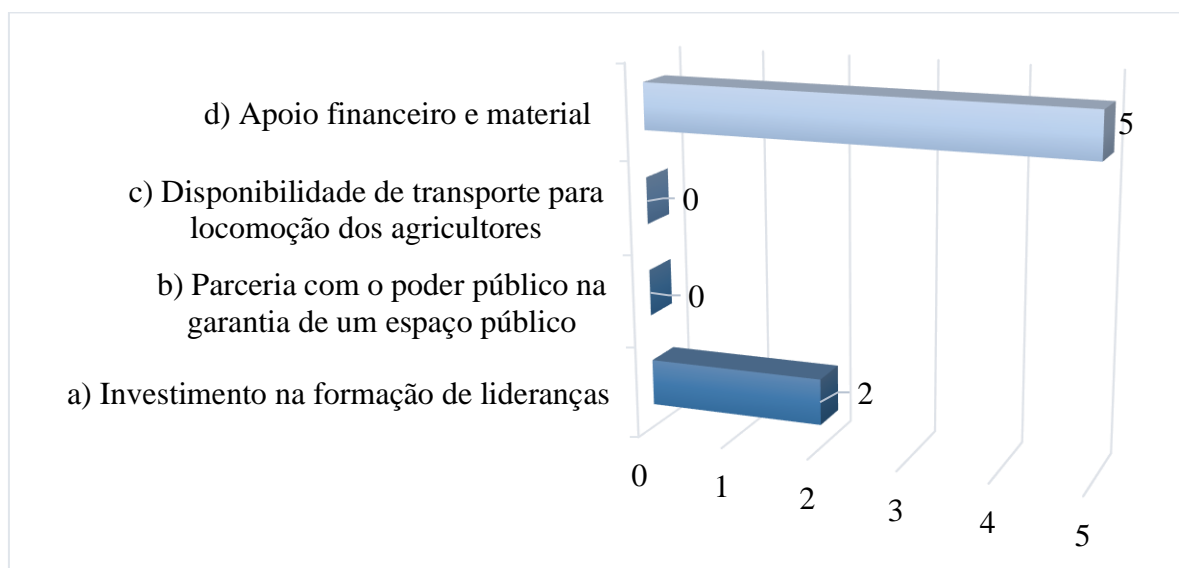
Para seis dos associados, a falta de apoio do poder público se sobressai em relação aos outros desafios, sendo que um foi mais específico em destacar a necessidade de melhor espaço público.

Conforme relataram os entrevistados, embora alguns optem por destacar a necessidade de um melhor espaço, é consenso de todos que o poder público poderia atuar com políticas públicas, que favoreçam as necessidades dos agricultores associados. Alguns foram mais enfáticos e relataram que a falta de apoio não é só por parte da esfera municipal, como também da esfera estadual e federal.

É preciso destacar que a Economia Solidária se consolida como uma alternativa capaz de provocar mudança social, gerar renda e desenvolvimento humano. Barretos, Lopes e Paula (2011), esses aspectos são interessantes ao poder público na construção de políticas que objetivam o desenvolvimento regional.

O gráfico 15 destaca a maior contribuição da igreja católica, na condição de principal parceira do empreendimento solidário, de acordo com a percepção dos entrevistados.

Gráfico 15 - Como parceira da feira, qual contribuição da igreja católica você destaca como a mais benéfica?



Fonte: elaboração própria

A igreja católica, através da sua pastoral social, é a principal frente de apoio à feira de agricultura familiar de Patos. Para cinco dos associados, a ação que eles destacam como sendo a mais benéfica, é o apoio financeiro e material. Para os outros dois, é o investimento na

formação de lideranças que destaca o apoio da igreja para o empreendimento solidário. O apoio faz parte das ações da pastoral social da igreja.

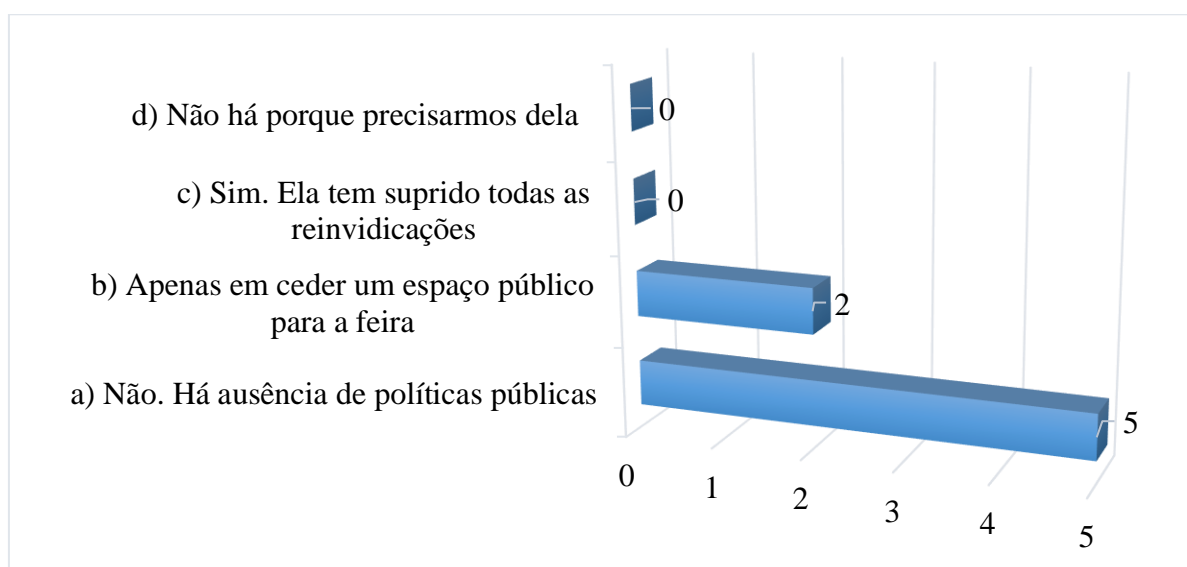
O fato da igreja católica ser a principal instituição de fomento à prática da economia solidária, em relação à feira de agricultura, remonta à própria história de luta por justiça social protagonizada pela igreja nascida no final do século XIX e início do século XX, a partir do crescimento da desigualdade social trazida pela revolução capitalista.

Ricardo (2013) situa essa perspectiva histórica do posicionamento da igreja católica na sociedade atual, ao destacar a evolução do conceito de caridade conforme as transformações sociais e políticas da humanidade. Para ele, a igreja católica foi ampliando o conceito de caridade à medida que a necessidade de proteção dos direitos sociais e o anseio coletivo por melhores condições de vida foram crescendo.

Conseqüentemente, a ideia simplista de caridade manifestada pelo ato de dar esmola, foi substituída por um conceito mais amplo de justiça social. Dessa forma, a igreja católica enxerga os empreendimentos da economia solidária com um dos instrumentos para se conseguir justiça social.

O gráfico 16 mostra a opinião dos entrevistados quanto às ações de suporte do poder público municipal à feira de agricultura familiar.

Gráfico 16 - A gestão municipal atual tem dado assistência à feira de agricultura familiar



Fonte: elaboração própria

Como visto no gráfico 08, a falta de políticas públicas é o principal desafio para os agricultores associados de feira de agricultura, sendo que cinco dos entrevistados marcaram

essa opção, e apenas dois foram mais específicos em destacar que a gestão municipal contribuiu apenas em ceder um espaço público, posteriormente em assinar um documento que reconhece o vínculo dos agricultores associados à feira com o lugar em que acontece a feira.

A falta de políticas públicas revela ser uma problemática na busca por suprir necessidades intrínsecas aos agricultores, a falta de assistência por parte da prefeitura municipal restringe a expansão da feira de agricultura solidária em Patos e desestimula a participação de novos produtores.

França Filho (2007) enfatiza a importância dos poderes públicos na efetivação das práticas de economia solidária. Segundo o autor, a dinâmica dos empreendimentos solidários torna-se ainda mais enriquecedora com a implementação de políticas públicas.

Coerentes com esse pensamento, Souza e Augusto Junior (2020) argumenta que as conexões e articulações entre os empreendimentos de economia solidária, quando articulados com políticas governamentais condizentes, mostra-se ser determinantes na promoção de um desenvolvimento socioeconômico incluyente.

4.4 PERSPECTIVAS DE MELHORIAS DA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS.

A partir desse espaço discursivo aberto, foi perguntado a cada um dos entrevistados, quais ações o poder público poderia adotar para melhorar a feira de agricultura em Patos-PB. Para estruturar melhor as respostas, os entrevistados serão divididos em entrevistador A, entrevistador B, entrevistador C, entrevistador D, entrevistador E, entrevistador F e entrevistador G, a fim de proteger a identidade de cada um deles.

Entrevistados A, B, C, D responderam que o poder público poderia melhorar as condições do espaço destinado à feira. O espaço poderia ser maior e mais organizado, o comércio acontece na praça, não há nenhum tipo de proteção que os protejam da chuva, os agricultores chegam às 4:00 da manhã, as ruas estão mal iluminadas e não há segurança.

Entrevistados E e F apontaram para a necessidade de políticas que estimulem a participação de novos agricultores. Eles citaram como exemplos, políticas de incentivo ao crédito, relacionados a benefícios fiscais, de criação de canais para divulgar a feira para a população local e também por uma política de redistribuição de terras de modo a beneficiar o desenvolvimento da agricultura familiar.

Entrevistado G, destacou a necessidade de transporte de modo a facilitar a logística dos agricultores, visto que grande parte dos associados reside em outras cidades.

A falta de apoio do poder público traz o pensamento apresentado por Carvalho (2011) em referência ao potencial de governos e órgãos públicos em dar respostas para as relações de trabalho distintas do sistema vigente, sendo um importante agente transformador para implementar condições favoráveis ao desenvolvimento de empreendimentos voltados para a economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária foi pensada para ser um instrumento de combate à pobreza e à desigualdade por parte da população socialmente excluída. Se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance dos trabalhadores que os produzem, é fundamentada em princípios que perpassam a simples intenção de geração de renda e é desenvolvida a partir de comunidades que buscam vivenciar na prática o ideário coletivo de uma sociedade mais justa e solidária.

Com um olhar crítico, esse trabalho pretendeu analisar os princípios da economia solidária sob um viés prático, para isso, escolheu a feira de economia solidária de Patos-PB como seu objeto de estudo a fim de perquirir respostas para os questionamentos propostos.

A partir da análise das informações colhidas por meio de questionário, pode-se dizer que o modelo solidário que a feira de agricultura familiar de Patos-PB adota, em consonância com os princípios de cooperação e solidariedade, autogestão e democracia, comércio justo e desenvolvimento sustentável, é um modelo de contradição ao sistema econômico vigente. Posto que suas peculiaridades divergem radicalmente das relações de trabalho típicas desse sistema atual.

Foi verificado que o empreendimento solidário compreendido, estabelece critérios específicos de funcionamento que seguem os pressupostos da economia solidária, esses critérios proporcionam benefícios socioambientais e contribuem para o desenvolvimento local da população, apesar disso, a falta de parcerias e ações de suporte do poder público municipal, restringe seu potencial de crescimento e desestimula a participação de novos produtores. Considerando que os participantes da feira ainda são os mesmos desde o seu surgimento, com poucas exceções.

A carência por ações de suporte é em parte suprida pela igreja católica e seus organismos internos, que fornecem suporte material e financeiro, além de contribuírem para a formação de lideranças, entretanto, não é o bastante, visto que os agricultores necessitam de ações como políticas de incentivo ao crédito rural, no tocante à segurança, logística e redistribuição de terras. Ações restritas ao poder público.

Observou-se que o grupo que compõe a feira de agricultura familiar em questão, é relativamente pequeno comparada ao número de habitantes da cidade de Patos, e tem seu funcionamento restrito apenas às quintas feiras da semana, razão motivada pela falta de parcerias.

Também é preciso salientar que o município é um polo estudantil, composto por duas grandes universidades públicas, além de inúmeras instituições privadas de ensino, é imensurável o potencial do campo acadêmico em implantar ações que fomentem mudança social e desenvolvimento local. Assim, é importante dizer que feira a de agricultura familiar pode ser uma ótima oportunidade para se pensar em projetos de extensão que contemplem melhorias sociais.

Diante do exposto, concluo que a economia solidária, principalmente quando organizada em pequenos empreendimentos, é dependente de parcerias para seu desenvolvimento, podendo ser uma poderosa ferramenta de transformação das relações sociais. É um tema relativamente novo, amplo e complexo, no sentido de repensar o sistema social e econômico com enfoque no desenvolvimento humano e sustentável. A destacar sua relevância social e acadêmica para atualidade, esse trabalho pode contribuir para estimular novas pesquisas a fim de ensejar novas descobertas sobre o referido tema.

REFERÊNCIAS

ALLEN, T.; THOMAS, A. **Poverty and Development into the 21st Century**. Oxford: The Open University, 2000. 572p.

BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 41-56, jun. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 jan. 2024.

BENINI, E. A. **Políticas Públicas e Relações de Trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Políticas Públicas e Transformações do Estado). São Paulo: EAESP/FGV, 117 PGS. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/f02f0909-5987-45db-8f86-7fa7af814149/content>. Acesso em 13 jan. 2024.

BETTI, G; LEMMI, A. **Advance on income inequality and concentration measures**. Routledge, New York, 2008. 605p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em 18 fev. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/Qn76SFwhyHVMmJjBjRBX7ny/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 jan. 2024.

CARVALHO, K. L. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Anais do I circuito de debates acadêmicos**. IPEA-CODE, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em 05 dez. 2023.

COLE, G. D. H. **Historia del pensamiento socialista**. I. Los precursores. 1789-1850 2ª ed. -- México: FCE, 2020. 395 p.

COLE, G. D. H. **A century of co-operation**. Allen & Unwin for the Co-operative Union, Oxford: Universidade da Califórnia. 1944. 427p.

DAL SOGLIO, F. K. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, G. A. D. e WAQUIL, P. D. (Organizadores). **Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e Sul do Brasil**. Belém-PA. Paka-Tatu. p. 197-226. 2013.

DUQUE, P.; MEZA, O. E.; GIRALDO, D.; BARRETO, C.; Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura; **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**; n. 138. 2021: p.187-212. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7966526>. Acesso: 29 set 2023.

DUTRA, M. V. F. (Org.) **Direitos Quilombolas**: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANTINATO, M. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em <https://atualiza.aciaraxa.com.br/ADMArquivo/arquivos/arquivo/M%C3%A9todos-dePesquisa.pdf>. Acesso em: 25 de mar. 2024.

FARIA, J. H. de. Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017., p. 629-650, Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3232/323252763006.pdf>. Acesso: 29 set 2023.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 25 de mar. 2024.

FEHLBERG, J; MENANDRO, P. R. M. Terra, família e trabalho entre descendentes de pomeranos no Espírito Santo. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul , n. 34, p. 80-100, jun. 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 jan. 2024.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas, Porto Alegre. **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. p. 155-174,

2007. Disponível em https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/genauto_teorie-pratica-em-ecosol.pdf. Acesso em 13 jan. 2024.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Injuí: Ed. Unijuí, 2012. 162p.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. **Cooperativismo: primeiras lições**. 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007. Disponível em <https://ocb.ocbmt.coop.br/storage/webdisco/2019/01/10/outros/e354da460369ca29480c4533bf8e6f66.pdf>. Acesso em 13 jan. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 13 jan. 2024.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?lang=pt>. Acesso em 13 jan. 2024.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Tradução. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

JACOBI, P. R. Meio ambiente e sustentabilidade. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Tradução. São Paulo: CEPAM, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001044279>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JACOBI, P. R. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LAMIM-GUEDES, V. Conhecendo o entorno da escola em diferentes contextos: Mariana, Minas Gerais-Brasil e Díli, Timor-Leste. **Educação Ambiental em Ação**, 40, 2012. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1247>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LEFEBVRE, H. Problemas teóricos da autogestão. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 19, n. 41, 2017: set./dez. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1241>. Acesso: 02 fev 2024.

LEFF, E. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia "otro" programa de sociología ambiental. **Revista Mexicana de Sociología**, [S.l.], v. 73, n. 1, ene. 2011. ISSN 2594-0651. Disponível em: <https://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/23562>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MANCE, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, **Vozes**, 2000. 220p. Disponível em: https://euclidesmance.net/docs/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf2. Acesso em: 13 jun. 2024.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas. 1996.p.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G. de M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Desenvolvimento Local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**. Sociedade Desenvolvimento Local e Meio Ambiente na Amazônia. 1ed. Belém: NUMA/UFPA, 2013.
NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. 2013, 21(46), 159-175. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23827839010>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/GRGZMnc3KmRZqvMr4x6gWVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NUNES, E. M., TÔRRES, F. L., SILVA, M. R. F., SÁ, V. C., GODEIRO-NUNES, K. F. Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a projetos de infraestrutura (PROINF) em territórios rurais do Nordeste. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 529-554, Jul/Set 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mW6BrGf4Vy56zd6BFn8PqFH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTIZ ROCA, H. **Economia solidária**: hacia una nueva civilización, 2001.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 52 (Supl. 1), 63-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINHEIRO, V. P. G. **Integração e regulação de valores e sentimentos nos projetos de vida de jovens**: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.48.2013.tde-04062013-133059. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04062013-133059/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2024.

POCHMAN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. 151p.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R.. Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1429/970>. Acesso em : 30 set 2023.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; DE BRITO, M. J.; LOURENÇO, C. D. da S. Resíduos sólidos e políticas públicas: reflexões acerca de uma proposta de inclusão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/173>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

SILVA, G. de J. et al. Perfil de ácidos graxos e frações proteicas do leite de cabra. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, [S.l.], v. 70, n. 6, p. 338-348, fev. 2015. ISSN 2238-6416. Disponível em: <https://www.revistadoilct.com.br/rilct/article/view/474/394>. Acesso em: 10 jan. 2024. doi:<https://doi.org/10.14295/2238-6416.v70i6.474>.

SILVA, M.; OLIVEIRA, G. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Revista Katálisis**, 12(1):59-67. 2009.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF. 2015. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
doi:<https://doi.org/10.14295/2238-6416.v70i6.474>.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, ISBN 85-86469-51-3. 1. Economia, 2002.

SINGER, P. Introdução. In: MELLO, S. L. (org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

SOUSA, R. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. 1ª edição EdUFSCar. São Carlos – SP. 2013.

SOUZA, A. R. de; AUGUSTO JÚNIOR, F. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 8–25, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p8-25. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5405>. Acesso em: 6 mar. 2024.

VAN DER PLOEG, J. D. **O modo de produção camponês revisitado**. In: **A diversidade da Agricultura Familiar**. S. Schneider (org.) Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006, p. 13-54. Disponível em: http://www.jandouwvanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

ZAMBELLO, A.; et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Editora FUNEPE, 2018. Disponível em: https://faculdefastech.com.br/fotos_upload/2022-02-16_10-06-51.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1) Faixa etária:

- a) até 18 anos
- b) entre 18 e 23 anos
- c) entre 24 a 30 anos
- d) entre 31 e 40 anos
- e) entre 41 a 54 anos
- f) acima de 55 anos

2) Gênero:

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Tem filhos:

- a) Sim
- b) Não

4) Estado civil:

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)/União Estável
- c) Separado(a)/divorciado(a)
- d) Viúvo(a)

5) Há quanto tempo está trabalhando na feira de Agricultura em Patos?

- a) até 1 ano
- b) entre 1 e 3 anos
- c) entre 3 a 5 anos
- d) entre 5 a 10 anos
- e) mais de 10 anos

6) Somando as rendas das pessoas que moram com você, qual o valor aproximado?

- a) Até um salário mínimo
- b) Entre 1 a 3 salários
- c) Entre 4 a 5 salários
- d) Acima destes valores

7) Como você se sente em relação à feira?

- a) insatisfeito
- b) pouco satisfeito
- c) satisfeito
- d) muito satisfeito

8) A feira de agricultura familiar recebe incentivos do poder público e da igreja, dentre outras entidades?

- a) Somos autossuficientes
- b) Recebemos pouca ajuda
- c) Sim. Tem sido fundamental para a permanência da Feira
- d) Apenas no começo, Hoje dependemos mais de nós mesmos

9) A opinião de cada participante é importante para decidir os rumos da feira?

- a) não
- b) Sim
- c) pouco importa
- d) apenas a opinião de alguns é importante

10) O sustento com a feira proporciona qualidade de vida?

- a) Sim. Para a maioria
- b) Sim. Para todos, sem exceção
- c) Apenas para alguns

d) Não

11) A venda de alimentos da feira leva em consideração o respeito ao meio ambiente e o preço justo?

a) Sim. Vendemos alimento saudável a um preço justo

b) Levamos em consideração apenas o preço justo

c) A produção do alimento e o preço ficam a critério de cada um

d) Prezamos em vender alimento saudável, o preço fica a critério

12) Vocês são solidários uns com os outros?

a) Sim, ajudamos uns aos outros sem distinções. O bem-estar de cada um importa

b) Às vezes ajudamos quem mais necessita

c) Não. O que predomina é a concorrência

d) Depende da relação de intimidade

13) O produto do seu empreendimento tem vínculo com alguns consumidores específicos ou o produto compete no mercado procurando conquistar diversos tipos de consumidores?

a) Tem vínculo. Nossos consumidores priorizam nossos produtos por conta dos nossos valores de respeito ao meio ambiente.

b) Não. Nosso produto tem por objetivo competir no mercado em busca de maior número de consumidores

c) Depende, às vezes é possível criar vínculo, embora nosso intuito é apenas vender.

d) Não sabemos responder com certeza

14) Em relação aos desafios que a feira enfrenta. Qual destes se destaca mais?

a) Falta de apoio do poder público

b) Baixa perspectiva de renda

c) A falta de engajamento dos agricultores participantes

d) Necessidade de melhor espaço público para a feira

15) Como parceira da feira, qual contribuição da igreja católica você destaca como a mais benéfica?

- a) Investimento na formação de lideranças
- b) Parceria com o poder público na garantia de um espaço para o comércio
- c) Disponibilidade de transporte para locomoção dos agricultores
- d) Apoio financeiro e material

16) A gestão municipal atual tem dado assistência à feira?

- a) Não. Há ausência de políticas públicas
- b) Apenas em ceder um espaço para nosso comércio
- c) Sim. Ela tem suprido todas as reivindicações
- d) Não há porque precisarmos dela

17) Na sua visão, o que o poder público poderia fazer para melhoramento da feira?